

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Manuela Ferreira Leite em Macedo de Cavaleiros

A situação em que o País se encontra é fruto de políticas erradas e de total incompetência



Destaques:

O PSD é a favor do investimento público de proximidade, que enriquece; mas contra o investimento que empobrece e as iniciativas megalómanas.

PS “não dá ouvidos” à sociedade civil sobre a terceira travessia do Tejo

Em “Actividades do PSD”

Como se faz a manipulação da opinião pública, ou “...como enganar todos (pelo menos até às eleições!)”

“A opinião dos outros” (J. Pacheco Pereira)



Na sua visita deste fim-de-semana ao Nordeste Transmontano, a Presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite acusou o primeiro-ministro, num comício em Macedo de Cavaleiros, de “confundir” prioridades, ao escolher para coordenador das eleições do PS, o ministro que tem o maior problema social do país.

Manuela Ferreira Leite referia-se à escolha do ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, para coordenador nacional para o processo eleitoral no Partido Socialista.

Para a líder do PSD, perante o desemprego e os problemas sociais que o país atravessa, “as pessoas julgavam que a maior preocupação do Governo estava a cargo do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social”.

“Mas enganámo-nos, porque o engenheiro Sócrates aquilo que fez foi pôr o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social a coordenar todo o processo de eleições” do PS, declarou, acrescentando que Sócrates se deve ter esquecido “que era primeiro-ministro e actuou como secretário-geral do Partido Socialista”.

Já em relação ao ministro Vieira da Silva, Manuela Ferreira Leite está convencida que “não se esqueceu que tem em mãos o maior problema que o país enfrenta, só que confundiu e achou que o maior problema que o país enfrenta são as próximas eleições”.

Portanto, confundiu as preocupações do país com as preocupações do partido”, reiterou.

“Trocou as prioridades”, acrescentou.

“Isto é o que acontece quando já nem por vergonha se consegue disfarçar que os interesses do partido estão acima do país”, afirmou.

Perante cerca de mil de militantes do PSD, num jantar em Macedo de Cavaleiros, no Distrito de Bragança, a líder do partido falou das opções de investimento público para o país, esclarecendo que não é contra projectos como a auto-estrada Transmontana, anunciada para esta região.

“O PSD sempre defendeu a auto-estrada de Trás-os-Montes, mas é absolutamente contra a terceira auto-estrada entre Lisboa e o Porto, é um desperdício dramático dos nossos impostos”, declarou.

Manuela Ferreira Leite, na íntegra

A situação em que o País se encontra é fruto de políticas erradas e de total incompetência

Caros Amigos e Companheiros,
Agradeço a forma como estou a ser recebida neste Distrito, com todo este calor humano que sinto aqui, nesta sala.
Eu sei que as gentes de Macedo de Cavaleiros, de todo o distrito de Bragança, são pessoas calorosas e de fortes convicções.

Calorosas no acolhimento.
E fortes convicções quanto ao que é preciso fazer para melhorar a sua qualidade de vida e realizar as suas legítimas ambições.

São gente de fibra e de iniciativa.
Sabem o que querem e para onde querem levar o nosso País.

Por isso, sempre se identificaram muito com o PSD.

Porque, para nós, o mais importante são as pessoas.

São os seus problemas que nos preocupam.

Portugal vive hoje tempos difíceis, tempos muito exigentes.

É o estado a que o País chegou, após este longo período de governação socialista.

Efectivamente, nos últimos catorze anos, os socialistas governaram onze. E os resultados estão à vista.

A situação em que o País se encontra não é resultado da crise internacional, como se quer, fazer crer.

A crise só veio provocar que não se disfarçasse por mais tempo a crise que já cá estava instalada.

A situação em que o País se encontra é fruto de políticas erradas e de muita incompetência.

Veja-se o caso da total incompetência na aplicação dos fundos comunitários. Na verdade, deveríamos estar hoje a sentir os efeitos da crise, de forma mais suave, se o Governo tivesse activado a tempo, com competência e com critério a execução dos fundos comunitários.

É uma incompetência que se alastra a praticamente todos os programas comunitários.



Mas que é especialmente gritante, eu diria revoltante, no caso da agricultura.

Centenas de milhar de agricultores, do Norte ao Sul de Portugal, foram privados dos recursos a que têm direito.

Veja-se o caso da agricultura que é o caso mais gritante de abandono deste Governo.

Em boa verdade, o que se passa com a agricultura parece ter mais a ver com uma política de destruição do que com uma política de abandono.

Ao longo destes quatro anos o Governo não só desperdiçou irresponsavelmente os recursos europeus postos à disposição dos agricultores Portugueses, como se entretive a destruir, sem critério, a capacidade da nossa Administração para absorver os apoios da política agrícola comum.

Por razões de interesse partidário, provavelmente para concentrar para mais perto das eleições a entrada de Fundos Comunitários, tem-se prejudicado o País de forma inaceitável, na medida em que

ainda não entraram quaisquer contribuições das que temos direito neste novo Quadro Comunitário.

O Ministro da Agricultura destruiu e desmotivou o Ministério, desconsiderou os agricultores, desaproveitou financiamentos e apoios comunitários e burocratizou o quadro legal que enquadra a actividade

Podem alguns imaginar que a culpa é da burocracia de Bruxelas, quando se trata de oportunismo e ineficácia dos nossos responsáveis.

Quanto à política agrícola, a acção do Governo do Partido Socialista tem sido praticada por um dos Ministros que mais se esforça por exercer o poder à semelhança do Eng^o Sócrates, isto é, hostilizando tudo e todos, sem diálogo, humilhando os agricultores, retaliando sobre as organizações que o criticam e governando essencialmente para os jornais.

Depois de três anos e meio de Governo, ninguém consegue identificar uma

única acção positiva no sector.

Tudo o que o Ministro da Agricultura fez até agora foi destruir e desmotivar o Ministério, onde impera o caos e o medo, desconsiderar os agricultores, tentando dividi-los e pôr o país contra eles, desaproveitar financiamentos e apoios comunitários e burocratizar o quadro legal que enquadra a actividade.

O PSD não aceita o tratamento que este Governo tem dado aos muitos milhares de agricultores de Norte a Sul do país:

- Que não conseguem gerar rendimentos suficientes para pagar a segurança social estando por isso sem nenhum apoio na velhice e na saúde;
- Aos quais foi retirado o benefício da chamada electricidade verde e que pagam hoje, quando a têm, a energia eléctrica mais cara da Europa;
- Aos quais foi ilegalmente suprimido o benefício de dezenas de medidas agro-ambientais, que viabilizavam uma grande parte das suas explorações agrícolas em todo o país;
- Que há quase três anos não dispõem de qualquer apoio público ao investimento produtivo, quer no sector





agrícola, quer no sector agro-industrial.

Mas não admira que este Governo despreze a agricultura e os agricultores, porque aquilo em que está verdadeiramente interessado é nas iniciativas que dêem nas vistas, que constituam espectáculo, que tenham efeitos mediáticos.

Aquilo que verdadeiramente o motiva são os grandes projectos megalómanos, para os quais hoje não tem dinheiro para pagar, mas que alguém virá a pagar no futuro.

O País está com um nível de endividamento externo insuportável, mas o Governo vai irresponsavelmente tomando medidas que o agravam cada vez mais e que conduzem o País para um cenário sem expectativas de crescimento.

Isto é especialmente preocupante para os jovens porque são eles que virão a pagar, no futuro, as facturas dos desvarios deste Governo socialista.

E não se tente fazer crer que o PSD está contra os investimentos públicos.

O PSD é a favor do investimento público de proximidade que ajude ao crescimento do País, que ajuda as pessoas.

Mas o PSD é contra o investimento público que empobrece o País e por isso combate iniciativas megalómanas que não consegue pagar.

O PSD é a favor de auto-estradas que sirvam a coesão do País e, por isso, sempre defendeu a auto-estrada de Trás-os-Montes.

Mas o PSD é contra a terceira auto-estrada entre Lisboa e Porto porque é um desperdício dramático dos nossos impostos.

No momento actual, a seis meses de eleições, o Governo não tem legitimidade para envolver os Portugueses numa aventura que ninguém sabe como vai acabar.

E o que dizer da segurança?

A segurança devia ser uma das maiores preocupações do Governo numa altura de crescimento significativo da criminalidade e da violência.

Desde muito cedo que o PSD tem alertado para a inadequação da política deste Governo e deste Ministro.

Agora, já todos criticam, sem rodeios, a política do Governo em matéria de segurança e de polícia.

Agora, que já ninguém consegue encobrir os factos, agora que todos sentem este problema.

E o que faz este Governo?

Ao contrário do costume, nem anuncia muitas coisas.

Fala vagamente que vai aumentar o número de polícias, sem nunca dizer quantos vão sair e nada faz para organizar as forças de segurança e especialmente para dar autoridade aos polícias.

Sem autoridade e sem organização não nos sentimos seguros.

Mas o nosso maior problema é de natureza social que tem a sua principal origem no desemprego.

O nosso País está com níveis de desemprego muito significativos, resultantes de políticas erradas que a crise veio agravar.

Perante isto, o Governo em vez de concentrar as suas atenções nas PME's que são as que criam emprego, só pensa em grandes investimentos e quando anuncia projectos que diz ser de desenvolvimento para o País, não pensa nas PME's.

A situação de emergência social em que se encontram muitas famílias exigem medidas de carácter de urgência de natureza excepcional.

Sabe-se que um apoio relevante tem sido prestado pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social e pelas Misericórdias que apoiam os mais desprotegidos



e os mais pobres.

Nesse sentido, o PSD propôs a criação de um Fundo de Emergência Social para reforço financeiro destas Instituições.

O Partido Socialista rejeitou esta proposta.

Por tudo isto se julgava que a maior preocupação do Governo estava a cargo do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

Engano.

O Eng. Sócrates pôs o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social a coordenar as eleições.

O Eng. Sócrates esqueceu-se que era Primeiro-Ministro e actuou como Secretário-Geral do Partido Socialista.

O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social não se esqueceu que tinha entre mãos o maior problema que o País enfrenta, mas fez confusão.

Confundi as preocupações do País com as do Partido Socialista. Trocou-as.

O maior problema do Partido Socialista é as eleições, e achou que era essa a tarefa que tinha de coordenar.

É o que acontece quando já nem por vergonha se consegue disfarçar que os interesses do Partido estão acima dos do País.

Acredito que não estamos condenados a empobrecer; acredito que há outra forma de estar e fazer política

Caros Companheiros e Amigos,
Chegou a hora da verdade.

A hora de o Governo ser confrontado com as suas responsabilidades.

Um Governo arrogante, que não soube aproveitar os anos de boa conjuntura internacional e fez o País andar para trás.

Um Governo incompetente que se mostra desnordeado e sem convicção quanto ao que fazer para ultrapassar a crise.

Chegou a hora de verdadeiramente escolhermos se aceitamos como fatali-

dade o empobrecimento para que nos empurram as políticas socialistas, isso, se aceitarmos continuar esta política de engano e de ilusão.

Eu acredito que não estamos condenados a empobrecer.

Acredito que há outra forma de estar e fazer política.

Com verdade. Com seriedade. Com dignidade. Com convicção.

Com a formulação de propostas políticas que tenham efeito no imediato, e ataquem a crise que alastra dia a dia.

Com uma visão de futuro para o médio e longo prazo, corrigindo erros e escolhendo novos caminhos.

Não é preciso ser adivinho, nem ter conhecimentos técnicos especiais para perceber que insistir na mesma receita nos conduzirá, irremediavelmente, aos mesmos resultados.

Não é com mais política espectáculo, com a aposta obsessiva na propaganda e na imagem que se resolvem os problemas nacionais.

Temos a obrigação, como País, de interromper esta política de fantasia e despertar para a realidade.

É essa a nossa responsabilidade. Somos nós essa alternativa.

Uma alternativa que defende as liberdades.

Que investe na dignidade das pessoas. Que acredita numa economia dinâmica e competitiva.

Num País coeso e solidário.

Com um investimento equilibrado entre o litoral e o interior.

Com Portugueses preparados para enfrentar e vencer os desafios que temos pela frente.

É precisamente nestes momentos que todos somos precisos.

É precisamente nestes momentos que Portugal se habituou a contar com o PSD.

Com a nossa disponibilidade para servir. Com a nossa seriedade. Com a nossa cultura de verdade na política.

Só nós temos capacidade para dar a volta ao fracasso da governação socia-





lista.

Estamos aqui, para responder afirmativamente a essa esperança.

A Presidente em Setúbal, no «Fórum 'Portugal de Verdade'»

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, defendeu no dia 26, em Setúbal, que é necessária “maior organização e mais autoridade” das polícias, para melhorar as condições de segurança e dos portugueses.

“Pode haver muitos polícias, mas se eles não tiverem autoridade e se não houver organização, não há forma de haver um sentimento de maior segurança e, especialmente, que essa segurança seja efectiva”, disse Manuela Ferreira Leite.

“Propomos maior organização e mais autoridade para as forças de segurança, acrescentou, assegurando que o problema da insegurança “não se resolve, apenas, com mais polícias – também é importante com certeza, mas não é só isso”.

Manuela Ferreira Leite falava aos jornalistas depois de ouvir alguns comerciantes da baixa da cidade de Setúbal, onde vai participar no debate “Segurança: direito das pessoas, dever do estado”, que terá lugar hoje à noite numa unidade hoteleira, no âmbito do “Fórum Portugal de Verdade”.

“Estive aqui a visitar muitos comerciantes e todos eles, aquilo de que falam é de segurança. Encontrámos variadíssimos [comerciantes] que já tinham sido assaltados mais do que uma vez. E não se vê nenhuma medida nomeadamente câmaras de segurança, para que se possa perceber que se está a obviar a essa situação”, disse, lembrando que tem vindo a alertar para o problema da criminalidade desde Agosto.

Manuela Ferreira Leite disse ainda que o governo “pensou que havia exagero” do PSD, mas lembrou que os dados oficiais confirmam o aumento da criminalidade, e muito especialmente da criminalidade violenta, muito violenta e criminalidade grupal (‘gangues’)

“A criminalidade tem aumentado – a criminalidade violenta, outro tipo de criminalidade, como o carjacking e, pior do que isso, os assaltos a residências”, disse.

“Não estou a falar só de Setúbal, mas Setúbal é um caso típico de uma situação em que as pessoas se queixam de forma muita concerta e significativa deste aspecto”, concluiu Manuela Ferreira Leite.

Falando à Informação, sobre assuntos económicos e o ameaçador desemprego,

a presidente do PSD, considerou que o “problema da Quimonda é lastimável” mas lembrou que todos os dias há dezenas de “Quimondas” a fechar as portas e que o governo não parece preocupado.

“Se for Primeira-Ministra, quando for Primeira-Ministra, encararei uma política de resolução do problema do desemprego em Portugal, que é aquilo que neste momento é mais altamente preocupante, sem que se veja o governo preocupado com isso”, disse Manuela Ferreira Leite.

Para a líder do PSD, o governo “está preocupado em resolver o problema da empresa A ou B, quando todos os dias há dezenas de empresas a fechar”.

Questionada sobre as linhas essenciais de uma política de combate ao desemprego, Manuel Ferreira Leite disse que é necessário “manter e desenvolver as Pequenas e Médias Empresas, que é onde está o nó do desemprego em Portugal”.

Manuela Ferreira Leite falava aos jornalistas no final no debate “Segurança: direito das pessoas, dever do estado” realizado quinta-feira à noite em Setúbal, no âmbito do “Fórum Portugal de Verdade”.

No encontro, em que participaram mais de cinco centenas de pessoas, Pacheco Pereira, o ex-director da Polícia

Judiciária Santos Cabral e o advogado José António Barreiros, teceram duras críticas às alterações efectuadas no Código de Processo Penal

Pacheco Pereira afirmou mesmo que algumas das alterações foram efectuadas na sequência de alguns casos mediáticos e que deram um sinal de permissividade quando a actual conjuntura exigia o contrário.

Durante a tarde de quinta-feira, Manuela Ferreira Leite ouviu as preocupações de alguns comerciantes da baixa de Setúbal com a falta de segurança e defendeu a necessidade de “maior organização e mais autoridade” das polícias.

Em Leiria, com a Associação Empresarial

A líder social-democrata disse quarta-feira, em Leiria, que a corrupção é “um grande constrangimento” ao desenvolvimento do País, que é necessário ultrapassar e minimizar.

“Essas questões dos licenciamentos, das autorizações, das burocracias, são fonte grande de corrupção”, afirmou Manuela Ferreira Leite num jantar-conferência promovido pela Associação Empresarial da Região de Leiria, em que falou sobre o tema “Uma alternativa ao País”.

A dirigente social-democrata considerou, no entanto, que “se tivesse de hierarquizar de entre as questões que o País enfrenta, qual era a principal que está a constituir um constrangimento ao desenvolvimento”, o sistema de justiça seria a primeira.

Para a presidente do PSD, “não é possível com o sistema de justiça fazer grandes atracções de investimento”, sublinhando que “qualquer investidor que olha para vários países (...) pondera três vezes antes de ir para um país que se tiver um problema ao nível do trabalho ou de qualquer contrato ficará com esse problema por resolver” durante anos.

Por isso, apontou a necessidade de um sistema de justiça “célere” e “eficaz”.

Manuela Ferreira Leite acrescentou que outros constrangimentos são a “educação e a formação”, sem as quais o País tem “dificuldade” em competir com os outros, a que acresce “a administração pública e a burocracia”.

“São questões que não têm a ver com políticas económicas e sociais mas são questões que têm a ver com princípios que se não obviarmos, criamos aqui um enorme ambiente em que não é possível haver determinadas medidas que possam ser tomadas”, realçou a dirigente social-democrata.

Perante quase 200 pessoas, entre empresários e também autarcas, a líder do PSD destacou a importância das pequenas e médias empresas na economia nacional, repetindo as medidas de apoio que o seu partido preconiza para aquelas empresas face à actual conjuntura.

Manuela Ferreira Leite renovou ainda as críticas ao Governo sobre os grandes investimentos públicos previstos para o País, destacando o TGV: “Não me cansarei de o dizer e de o denunciar em relação aos grandes investimentos públicos”.

“Não sou contra o investimento público como às vezes se pretende fazer passar”, afirmou a líder do PSD, salientando ser a favor de investimento que “conduz ao enriquecimento do País”, caso das obras nas escolas, nas instituições de saúde, na recuperação do património ou na requalificação das cidades.

“Na situação que o País está de endividamento, não se pode aceitar que se tomem decisões que correspondam a um maior endividamento”, observou.

Antes do início do jantar, à entrada do restaurante, militantes da JSD de Leiria colocaram uma faixa onde se lia “Queremos a mudança” e distribuíram panfletos com o mesmo apelo.

- Fontes: Gab. Presidência, Lusa, TVI, SIC





PS “não dá ouvidos” à sociedade civil sobre a terceira travessia do Tejo

O PSD criticou na segunda-feira o Governo por “não dar ouvidos à sociedade civil” ao assumir como “facto consumado”, sem estudar soluções alternativas, a construção da terceira travessia ferroviária do Tejo.

Os sociais-democratas, que contestam o projecto do comboio de alta velocidade, falavam à Agência Lusa, por intermédio do porta-voz para as Obras Públicas, Jorge Costa, reagindo ao anúncio do lançamento do concurso público internacional para a construção da terceira travessia ferroviária sobre o Tejo, incluindo o troço Lisboa-Poçoirão.

O projecto, que representa um investimento global de 1.928 milhões de euros, dos quais 171 milhões garantidos por Bruxelas, pretende servir a linha ferroviária de alta velocidade que ligará Lisboa a Madrid.

De acordo com um comunicado divulgado pelo Ministério das Obras Públicas, o investimento total neste troço representa “uma redução de cerca de 350 milhões de euros face à anterior estimativa”.

O porta-voz do PSD para as Obras Públicas criticou o Executivo socialista de “continuar teimosamente” a “não dar ouvidos à sociedade civil, aos técnicos da especialidade, aos empresários”, que, diz, consideram que “as soluções adoptadas não são as melhores”.

Jorge Costa sustenta que o Governo está “a dar o facto como consumado, sem discutir as diferentes possibilidades”, os “diversos custos-benefícios”.

O PSD reiterou que, face à actual “crise” económico-financeira que “o país atravessa”, o projecto do comboio de alta velocidade (TGV) “devia ser posto de lado” e que a redução de custos apontada “está por demonstrar”.

“O Governo omite sistematicamente as contas”, acusou Jorge Costa. - Lusa

Vila Real de Trás-os-Montes e as linhas ferroviárias do Corgo e Tâmega

O PSD anunciou, no dia 27, que solicitou explicações ao Governo sobre as razões que “ditaram o encerramento imediato das linhas ferroviárias do Corgo e Tâmega” e “quando é que o Ministério das Obras Públicas teve acesso ao relatório sobre o estado das vias”.

Os deputados sociais-democratas Ricardo Martins, Rosário Águas e Jorge Costa, enviaram quinta-feira um documento ao Presidente da República, através do qual pedem ao Governo, através do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, esclarecimentos sobre o calendário de execução das obras de requalificação das linhas ferroviárias do Corgo e Tâmega.

A circulação nesta linha do Corgo, entre Peso da Régua e Vila Real, e Tâmega, entre Amarante e Livração, foi suspensa na quarta-feira por razões de segurança.



Os sociais-democratas querem ainda saber quando é que o Ministério das Obras Públicas teve acesso ao relatório conjunto da Rede Ferroviária Nacional (REFER) e Comboios de Portugal (CP) sobre o estado das linhas de bitola métrica do Tâmega, Corgo e Tua e se “é verdade que a REFER estava há vários meses a preparar o encerramento destas vias, com o conhecimento do Governo”.

Ora, se este facto “é verdadeiro”, os deputados não entendem porque “não foi dado conhecimento aos autarcas das localidades servidas por estas vias”.

O anúncio da suspensão do Corgo e Tâmega foi feito apenas na terça-feira à noite, sendo que as linhas encerraram na quarta-feira.

Os sociais-democratas exigem ainda saber se o encerramento é “definitivo ou temporário” e se é verdade que “vão ser investidos 40 milhões de euros” na requalificação destas vias, como foi divulgado pela imprensa na quinta-feira, ou se “já existe algum projecto pronto a ser executado”.

Por fim, o PSD solicitou uma cópia do relatório conjunto da REFER e CP sobre o estado das linhas de bitola métrica do Tâmega, Corgo e Tua.

António Borges nas Caldas da Rainha: Vice-Presidente do PSD participa em visita a empresas do Oeste



António Borges, vice-presidente da Comissão Política Nacional do PSD, reuniu com empresários da Associação Industrial da Região do Oeste (AIRO) e visitou fábricas dos sectores da cerâmica e metalomecânica da região do Oeste, na segunda-feira passada.

Esta iniciativa realizou-se no momento em que várias empresas dos sectores da cerâmica e da metalomecânica vivem tempos difíceis que têm gerado graves dificuldades as unidades de referência, como Fábrica de Faianças Bordalo Pinheiro, entre outras, sem que o governo promova iniciativas concretas que permitam a adequada viabilização para estes sectores estruturantes da região.

Também o forte crescimento do desemprego esteve na agenda desta acção, num período que é urgente encontrar respostas económicas e sociais que possam contrariar o agudizar deste grave problema nacional.

Do programa constava ainda a realização de um jantar de trabalho com autarcas, seguido de reunião com os militantes do distrito de Leiria.

Programa - 2ª Feira, dia 30 de Março de 2009

16,00 horas - Visita à Fábrica Molde (Zona Industrial de Caldas da Rainha) > Ponto de Encontro Saída A8 (Caldas da Rainha/Zona Industrial)

17,00 horas - Reunião com trabalhadores da Fábrica Bordalo Pinheiro, na Sede do PSD (Praça 5 de Outubro, n.º 18)

18,00 horas - Reunião com a AIRO, Rua Infante D, Henrique (Edif. Expoeste)

19,00 Horas - Visita à Fábrica ROL (Schaeffler KG), Estrada Tornada

20,00 horas - Jantar no Restaurante “Queridos”, Casal Lavradio - Tornada

21,30 horas - Reunião de Militantes do PSD - Sede do PSD de Caldas da Rainha (Praça 5 de Outubro, n.º 18 - r/c dtº, Caldas da Rainha)

*

António Borges defendeu que o Governo deveria alterar as políticas económicas, dando prioridade à recuperação de empresas para contrariar o aumento do desemprego.

“Era preciso uma alteração completa da política económica a que o PSD tem vindo a apelar. A prioridade principal tem de ser o emprego, que não se resolve sem que as empresas recuperem a sua saúde”, disse António Borges nas Caldas da Rainha.

Neste sentido, o PSD reiterou a necessidade de reduzir o IVA, a taxa social única e o pagamento especial por conta enquanto medidas que “de imediato davam um alívio às empresas para poderem sobreviver”.

Após visitas a empresas de Caldas da Rainha, o vice-presidente do partido revelou ter encontrado “dificuldades prementes que são o resultado de um agravamento da situação económica por causa da crise internacional” e “falta de capacidade de respostas à crise” por parte dos empresários, apesar da capacidade de dinamismo e inovação.

“Há empresas que de repente vêm o seu crédito cortado ou o seguro de crédito a desaparecer, sendo essenciais a qualquer actividade económica”, frisou.

Recordando o caso da fábrica Bordalo Pinheiro, que tem vindo a reduzir o número de encomendas junto do mercado externo face à concorrência dos países asiáticos, António Borges considerou que “o Estado tem de apostar na reputação da marca portuguesa no estrangeiro e no auxílio a um grande conjunto de empresas para terem outras facilidades de entrada nos mercados estrangeiros”.

António Borges visitou a cerâmica Molde e a empresa de metalurgia Schaeffler Portugal (ex-Rol), que estão ambas a aplicar o “lay off” (paragem de produção), devido à escassez de encomendas.

O dirigente social-democrata reuniu-se ainda com uma comissão de trabalhadores da fábrica Bordalo Pinheiro e com empresários da Associação Comercial e Industrial da Região Oeste.

António Borges participou na terça-feira, à noite numa reunião da distrital de Leiria do partido, também nas Caldas da Rainha. - Lusa

Paulo Rangel em conversações com os outros grupos parlamentares sobre a escolha do Provedor de Justiça

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, disse no dia 27, que iniciou conversações com os outros grupos parlamentares sobre a escolha do Provedor de Justiça com o objectivo de “activar o diálogo” partidário e quer incluir também o PS.

À saída da reunião com o líder parlamentar do BE, Luís Fazenda, Rangel disse que o objectivo das conversações é “activar o diálogo” entre grupos parlamentares para “uma solução construtiva”.

Questionado sobre se falará com o PS, Paulo Rangel afirmou: “também incluirá o PS”, escusando-se a adiantar



se já contactou aquele grupo parlamentar.

“Há uma coisa que não devemos entrar, é na intimidade e privacidade das relações”, justificou, alegando ainda que é preciso “dois” para haver uma reunião.

Rangel afirmou que “ao contrário de outro partido”, o PSD “nunca trouxe para a praça pública nomes, acusações, rejeições”.

“É uma questão de Estado. O PSD trata esta questão com o cuidado que ela merece. Não fala dela nos debates quinzenais, à saída dos grupos parlamentares e quando é obrigado a falar dela não fala de nomes nem revela o conteúdo das conversações”, disse.

Depois da reunião com Luís Fazenda, Rangel dirigiu-se ao grupo parlamentar do PCP para se reunir com Bernardino Soares.

Na quinta-feira, o líder parlamentar do PS recebeu ao longo do dia os líderes parlamentares do PCP, BE, CDS-PP e PEV.

Para além daquelas conversações, o processo de escolha do próximo Provedor de Justiça está a motivar múltiplas reuniões informais e formais entre os grupos parlamentares.

Em declarações aos jornalistas, Luís Fazenda adiantou que também já se reuniu com o CDS-PP e com o PCP, informalmente, e que “em breve” haverá outra reunião com o PS.

O objectivo é chegar rapidamente a um consenso sobre a eleição do Provedor de Justiça, mas não é garantido que a marcação da eleição se faça na próxima

conferência de líderes parlamentares, a 02 de Abril, admitiu Luís Fazenda.

“Estamos ainda numa fase embrionária do processo, antes ainda de encontrar uma personalidade procuramos encontrar a metodologia, as características e analisar a actual situação da Provedoria de Justiça”, disse.

Fazenda afirmou não excluir uma possível mediação do Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, como foi sugerido pelo CDS-PP, mas disse que a fase presente “é de consulta” entre os grupos parlamentares.

O Provedor de Justiça é eleito por voto secreto com uma maioria de dois terços dos deputados. Sem acordo entre PS e PSD, essa maioria poderá ser conseguida com o PS e todos os outros grupos parlamentares, incluindo os dois deputados não inscritos. - Lusa

PS inviabiliza mais uma iniciativa social do PSD

O PS chumbou a proposta do PSD de criação de um “fundo de emergência social público”, que obteve o voto favorável do CDS-PP, BE e as abstenções do PCP e dos “Verdes”.

A maioria parlamentar socialista chumbou também um segundo projecto de resolução do PSD, para que o Governo ajustasse os valores e aumentasse os acordos de cooperação com as instituições sociais, diploma que CDS-PP e BE votaram favoravelmente e em relação ao qual PCP e “Verdes” se abstiveram.



Durante o debate dos dois projectos de resolução, o deputado do PSD Adão Silva disse que a criação de um “fundo de emergência social público” é uma “medida que tem sido reclamada pelos responsáveis máximos” das instituições privadas de solidariedade social (IPSS).

O PSD pretendia, através do fundo, compensar as perdas de receita das IPSS causadas pelas mensalidades que estão a deixar de ser pagas em consequência das situações de desemprego e pobreza causadas pela crise.

“Não é possível saber o número de famílias que já deixaram de pagar as suas mensalidades. Sabe-se que o fenómeno está a crescer e vai continuar a crescer. Chega-nos o clamor de muitas instituições que se vêm confrontadas com utentes sem capacidade de pagar”, relatou Adão Silva.

“Oxalá que o Governo saiba aproveitar esta oportunidade para reforçar o valor da cooperação, que o grupo parlamentar PS se abstenha de uma posição sobranceira”, apelou o deputado do PSD.

Logo em seguida, a deputada do PS Maria José Gamboa acusou o PSD de “intromissão num território que pertence a grupos sociais muito bem definidos como são as IPSS, misericórdias e mutualidades”.

Adão Silva contrapôs que o padre Lino Maia (das IPSS) já veio “reclamar este fundo”. O deputado social-democrata apontou ainda que “Mário Soares defendeu a criação de um fundo social sob pena do País entrar numa situação de tensão e de falta de coesão social”.

Em nome do PS, a deputada Isabel Coutinho justificou a oposição à proposta do PSD acusando os sociais-democratas de não comprovarem “as situações avulsas que apresentam” e de não apresentarem “um plano exequível” nem “uma estratégia integrada”.

O deputado do CDS-PP Pedro Mota Soares, considerou que o Governo deve dar “novos serviços, novas valências” às IPSS e deve investir na rede de instituições sociais “ao invés de, por exemplo, fazer um aeroporto de Lisboa de utilidade duvidosa”.

No mesmo sentido, Adão Silva defendeu que “a solidariedade deve ser sobretudo uma questão dos cidadãos e o Estado deve ter aqui papel de apoio, de estímulo, de regulação”, empenhando-se neste momento em fazer “mais transferências para

as IPSS” porque são “mais transferências para as famílias carenciadas”.

A história de uma rejeição incompreensível...

A proposta do PSD, no âmbito social, que foi chumbada pelo PS, envolvia a constituição de um “fundo de emergência social público”, suportado pela Segurança Social, para compensar as perdas de receita das instituições públicas de solidariedade social (IPSS).

Em declarações à agência Lusa, o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, justificou a medida dizendo que, “em resultado da crise, as instituições sociais, as misericórdias, as mutualidades estão a aumentar a sua actividade porque há mais desemprego, mais pobreza”.

Ao mesmo tempo, contudo, “muitas pessoas que pagavam prestações a estas entidades pelas creches, lares de idosos, centros de dia, cuidados continuados, apoio domiciliário estão a reduzir o valor das prestações, a pedir isenção ou a deixar de pagar”, apontou Paulo Rangel.

“Têm de prestar mais serviço e recebem menos receita”, resumiu o líder parlamentar social-democrata.

O PSD por isso, apresentou a proposta que o Governo criasse “um fundo de emergência social público, constituído com dinheiro vindo do saldo da Segurança Social, que compense caso a caso cada IPSS pelas perdas de pagamento que têm tido em resultado da crise”, disse.

O objectivo é que as IPSS “possam manter o seu serviço intocável e acorrer às novas situações”, acrescentou Paulo Rangel, dizendo que espera o apoio do PS a esta proposta do PSD.

A proposta foi feita na quinta-feira, no Parlamento, através de um projecto de resolução, durante o agendamento potestativo que o PSD reservou para debater as políticas sociais e o papel das IPSS e, como acima dissemos, foi chumbada pelos socialistas.

Rangel tinha afirmado que “...na quinta-feira o PSD vai promover um grande debate sobre o papel mediador das instituições sociais, que tem sido ignorado pelo Governo. Vamos apresentar um projecto de resolução que recomenda a constituição de um fundo de emergência social público”, disse o líder parlamentar social-democrata.

Segundo o PSD, o “fundo estatal de





apoio à rede de cuidados sociais” deve ser “monitorizado pelos centros de Segurança Social em cada distrito, que conhecem muito bem as IPSS e têm forma de aceder às suas contas”.

Questionado sobre o valor que será necessário transferir do saldo da Segurança Social para este fundo, o líder parlamentar do PSD respondeu que “não é susceptível de ser contabilizado a priori porque não existe noção de qual é a perda de cada instituição”.

“Não é possível saber o número de pessoas que está a deixar de pagar nem o grau de alastramento da crise social”, reforçou Paulo Rangel, argumentando que “será sempre dinheiro que o Estado teria de gastar, a questão é saber se deve gastá-lo directamente ou através da sociedade civil, como defende o PSD”.

“O combate aos efeitos sociais da crise não pode ser feito sem estas instituições. É fundamental promover o seu papel, envolvê-las e apoiá-las”, defendeu o líder parlamentar do PSD, recomendando que se fale com dirigentes das IPSS para comprovar a sua “situação aflitiva”. - Lusa

Rangel promete “guerra sem quartel” ao traçado previsto do TGV

O presidente do grupo parlamentar do PSD prometeu hoje uma “guerra sem quartel” ao traçado previsto do TGV, considerando-o “totalmente irracional” por passar na Ota e com entrada em Lisboa pela margem Norte do Tejo.

O traçado da alta velocidade ferroviária Lisboa-Porto foi o assunto em debate hoje numa audiência do presidente da bancada parlamentar do PSD, Paulo Rangel, e do deputado Pedro Duarte, com o presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), Francisco Van Zeller, que recentemente afirmou que o Governo optou por uma solução “absurda” e “inexplicavelmente” mais cara.

Na semana passada, o PSD também condenou o projecto e citou um estudo da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento do Transporte Ferroviário (ADFER) para acusar o Governo de “optar por um traçado que custa mais mil milhões de euros do que o traçado alternativo pela margem Sul”.

Hoje, após o encontro com o presidente da CIP, Paulo Rangel reiterou as críticas, afirmando que “não é a primeira vez que o Governo se engana redondamente e não faz os trabalhos de casa e prejudica o país desta maneira, a seis meses das eleições”, comparando o processo do TGV ao da escolha da localização do novo aeroporto de Lisboa.

O PSD considera que o traçado previsto é “totalmente irracional” e questiona: “como é que, tendo mudado o aeroporto de lugar [da localização inicialmente prevista da Ota para Alcochete] o traçado do TGV continue a passar na Ota?”.

Para a bancada social-democrata, “não se justifica que o país gaste mil milhões de euros para poupar um ou dois minutos”, diferença permitida pela entrada pela margem direita (Norte).

O PSD promete “uma guerra sem quartel” e defende que o governo “deve ser chamado à pedra”, nomeadamente



com a presença “dos responsáveis” no Parlamento para “explicarem por que é que querem gastar mais mil milhões de euros” num traçado que “condiciona por completo a vida em Lisboa” e comporta “um conjunto de erros com consequências gravíssimas”.

Na semana passada, Paulo Rangel já anunciara que iria exigir explicações do ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações no Parlamento.

Paulo Rangel desvalorizou os dados da RAVE (Rede Ferroviária de Alta Velocidade), considerando que a empresa tem “posições condicionadas” e baseadas “nos seus estudos insuficientes”.

Na semana passada, a RAVE afirmou que a opção de entrada na capital pela margem direita (Norte) é a “solução melhor, mais barata e mais funcional”, traduzindo-se num “benefício de 360 milhões de euros” face à opção pela margem esquerda (Sul).

O PSD reiterou que “o investimento no TGV deve ser suspenso por agora”, privilegiando-se “os investimentos de proximidade”.

“Ainda estamos a tempo de fazer uma escolha acertada e que não comprometa as gerações futuras”, sustentou Paulo Rangel.

No dia seguinte, estava agendado pelo PSD e desenrolou-se no Parlamento, um debate de actualidade para criticar o Governo pela “inoportunidade dos grandes investimentos públicos, em particular do TGV”, depois de na semana passada ter

contestado o traçado da linha Lisboa-Porto.

De acordo com o Regimento da Assembleia da República, em cada quinzena pode realizar-se um debate de actualidade, a seguir ao período de declarações políticas. Cada grupo parlamentar tem direito a marcar um número de debates de actualidade, no caso do PSD, cinco por sessão legislativa.

Desde que foi eleita, a direcção do PSD liderada por Manuela Ferreira Leite tem-se oposto ao investimento público em grandes obras públicas. A alta-velocidade ferroviária é um dos investimentos aos quais se opõe.

Na semana passada, o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, acusou o Governo de ter optado por um traçado de TGV Lisboa-Porto “mil milhões de euros” mais caro do que a alternativa com entrada pela margem Sul do Tejo, solução que disse não ter sido estudada pelo executivo.

Paulo Rangel anunciou que iria exigir explicações do ministro das Obras Públicas, Mário Lino, no Parlamento, e que iria pedir uma audiência à Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), que estudou a matéria.

A reunião com a CIP realizou-se na terça-feira e, à saída do encontro, o líder parlamentar do PSD prometeu uma “guerra sem quartel” ao traçado previsto pelo Governo, considerando-o “totalmente irracional”.

Socialistas deixam 1.500 milhões de euros por ano, a pagar pelos Portugueses durante 30 anos, em rodovias e alta-velocidade

O PSD acusou o Governo socialista de deixar como factura do investimento público em concessões rodoviárias e na alta-velocidade ferroviária (TGV) um encargo anual de 1500 milhões de euros durante 30 anos.

Durante um debate de actualidade no Parlamento, o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, assinalou que esse montante não inclui as despesas com o novo aeroporto e com a nova ponte sobre o Tejo e disse que permitiria construir sete novos hospitais centrais ou 50 novas escolas secundárias por ano.

Em relação ao TGV, Paulo Rangel contestou que o Governo avance com esse investimento “de mais de oito mil milhões de euros” num contexto “de crise como o actual” e “a seis meses de um acto eleitoral”.

“A insistência no TGV, neste momento, neste figurino e sem esperar pela pronúncia dos portugueses nas eleições do próximo Outubro é um crime de lesa-pátria”, considerou o líder parlamentar do PSD.

Paulo Rangel reiterou a acusação de que o Governo escolheu o traçado mais caro para a linha Lisboa-Porto, sem estudar a alternativa com entrada na capital pela margem Sul do Tejo.

Também o líder parlamentar do CDS-PP, Diogo Feio, apontou o TGV como um investimento que deixará “mais dívidas, onerando as gerações futuras” e propôs que em vez dessa despesa o Governo aceite perder receita diminuindo a carga fiscal e opte por “investimentos públicos pequenos e mais eficazes” como “um plano para as pontes”.

As três linhas de TGV que o Governo quer construir, Lisboa-Porto, Lisboa-Madrid e Porto-Vigo, são “indispensáveis para cerzir o território nacional e para ligar Portugal às redes europeias”, argumentaram os socialistas.

A deputada do BE Helena Pinto e a deputada do partido “Os Verdes” Heloísa Apolónia puseram em causa a credibilidade do estudo de impacto ambiental.

Segundo Helena Pinto, foram estudadas “alternativas que não eram alternativas porque eram demasiado semelhantes” e houve “pressão política inadmissível sobre técnicos da CCDR do Centro no sentido de mudarem os seus pareceres”.

Heloísa Apolónia subscreveu que não foram estudadas “soluções verdadeiramente alternativas”.

Por outro lado, a deputada Helena Pinto e o deputado do PCP Bruno Dias opuseram-se às parcerias público-privadas, modelo de financiamento do TGV e de outras obras públicas.

Durante este debate de actualidade, o PSD estreou os novos painéis disponíveis na Sala das Sessões, nos quais projectou partes da intervenção de Paulo Rangel e um mapa do país com o que os social-democratas apelidam de “auto-estrada cor-de-rosa”, uma terceira via entre Lisboa e Porto que consideram “um luxo” desnecessário e incomportável.

- Lusa



José Eduardo Martins
no plenário de 25 de Março de 2009.

Campos eléctricos e magnéticos

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, pode-se afirmar que as primeiras preocupações com o tema que nos traz aqui hoje se manifestaram na década de 60 do século passado. Com efeito, foi por essa época que alguns investigadores da então União Soviética se debruçaram e apresentaram algumas prévias mas, também - segundo a opinião dominante na comunidade científica -, inconsistentes conclusões sobre um possível nexo de causalidade entre os campos eléctricos e alguns sintomas e patologias, como dores de cabeça, ansiedade, diminuição da libido ou insónias.

Com o passar do tempo haveria de se chegar a um relativo consenso na comunidade científica no sentido de que as exposições a campos eléctricos de frequência reduzida não surtiriam efeitos perniciosos e duradouros sobre a saúde humana.

Porém, decorridas cerca de duas décadas, já muito perto dos anos 80 do século XX, cientistas dos Estados Unidos da América começaram a ponderar sobre as pelas razões várias crianças habitantes das áreas circundantes de instalações eléctricas apresentavam índices de leucemia consideráveis acima de um padrão comum. E, conseqüentemente, não obstante o estudo que se seguiu apresentasse, ainda, algumas falhas metodológicas, ele veio a constituir a base de uma percepção da provável existência de um nexo de causalidade entre a exposição a campos magnéticos de frequência reduzida e a existência de riscos para a saúde humana, o que viria a lançar desde então, a um nível global, pelo menos e necessidade de os vários governos procederem ao aprofundamento da investigação deste assunto.

Convém, pois, por uma questão de metodologia de análise e de exposição, deixar aqui claros aspectos de enquadramento desta temática dos campos eléctricos e magnéticos:

- Primeiro: Estes campos resultam do desenvolvimento industrial moderno;
- Segundo: As principais fontes de exposição a este tipo de radiações não ionizantes distribuem-se pelas centrais eléctricas, pelo transporte e distribuição da energia, pela sua utilização domiciliária e profissional, pelas telecomunicações, pelos emissores de rádio e de televisão, bem como pelos radares. Acrescem, ainda, os inúmeros aparelhos electrónicos a que recorremos para os mais diversos fins;
- Terceiro: As fontes de origem humana são as principais, ultrapassando em muitos milhares de vezes as fontes naturais terrestres e de origem solar;
- Quarto: A moderna epidemiologia tem vindo, efectivamente, a fornecer alguns dados sobre a exposição de diferentes actividades profissionais, permitindo, deste modo, medir os campos eléctricos e magnéticos e, conseqüentemente, os seus potenciais efeitos na saúde humana.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, dito isto, convém evidenciar que, segundo o entendimento geral da comunidade científica, não é fácil, contudo, concluir por uma simples relação de causa-efeito. De facto, a existência de um predomínio relativo de certas afecções associadas a campos electromagnéticos não é, por si só, sinónimo de causalidade. No tocante aos estudos realizados até hoje nesta área, torna-se um pouco complicado chegar a conclusões indiscutíveis.

Mesmo assim, muito embora o moderno conceito de causalidade múltipla dificulte a identificação dos diferentes factores, tal não significa que seja de todo impossível a sua identificação. Os estudos neste domínio deverão é, antes sim, ser desenhados de uma forma correcta e terem uma potência suficientemente elevada. E, aqui sim, é que reside a dificuldade em os concretizar de uma forma definitiva.

as analisemos mais de perto alguns dos trabalhos que sobre este tema têm vindo a ser desenvolvidos.

Dos estudos e análises actualmente disponíveis destacamos, designadamente, as seguintes passagens e constatações:

- A Organização Mundial de Saúde (OMS), através da Agência Internacional de Investigação sobre o Cancro (IARC), levou a cabo alguns estudos epidemiológicos sobre leucemias nas crianças e exposição residencial a linhas de Alta Tensão que revelaram a existência de um ligeiro risco acrescido. Isto, muito embora com reservas manifestadas, nomeadamente, quanto às características da exposição - tais como a frequência do campo magnético e a intermitência da exposição - e ao controlo de variáveis de confundimento; • Em idêntico sentido foi, também, um estudo de Janeiro de 2005, produzido pelo Comité Territorial Canadano de Protecção Contra as Radiações.



Ainda de acordo com este mesmo estudo canadiano, apesar da constatação de um ligeiríssimo aumento do risco de contracção de tumores cerebrais nos trabalhadores da indústria eléctrica, não é possível, ainda assim, “estabelecer-se qualquer relação entre a dose de radiação recebida por esses trabalhadores e a ocorrência dos cancros” (sic);

- Por seu turno, o “Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial”, superintendido pela Direcção-Geral de Saúde, sobre a “Exposição da População aos Campos Electromagnéticos”, de meados de 2007, conclui que não existem evidências suficientes para comprovar um qualquer efeito adverso, na saúde humana, a partir de uma exposição aos campos electromagnéticos, designadamente, no tocante a cancro do cérebro, doenças neuro-degenerativas, gravidez ou cancro da mama.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, não obstante tudo o referido, regista-se já hoje uma tendência, entre a comunidade científica, no sentido da obtenção de um consenso de princípio segundo o qual quando a exposição é superior a determinados níveis poderão, de facto, vir a ocorrer problemas.

Assim sendo, torna-se imperativa a adopção de medidas preventivas ao nível do ordenamento jurídico interno, em harmonia, de resto, com o que dispõe já o ponto 5 do preâmbulo da Recomendação do Conselho da União Europeia nº 1999/519/CE, de 12 de Julho, segundo o qual “as medidas respeitantes aos campos electromagnéticos deverão proporcionar a todos os cidadãos da Comunidade um elevado nível de protecção” (sic).

Mas, para além disto, visitemos um pouco melhor o que se estabelece já hoje em dia na ordem jurídica.

A nossa Constituição insere no seu artigo 9º, no elenco das “Tarefas fundamentais do Estado”, a promoção do bem-estar e da qualidade de vida do povo e a “efectivação dos direitos sociais”. E, mais adiante, no seu Capítulo II dedicado, precisamente, aos “Direitos sociais”, o texto fundamental inclui um artigo 64º, dedicado à “Saúde”, no qual, entre outros aspectos de regime, se determina que todos os cidadãos tenham “direito à protecção da saúde”.

Por outro lado, o artigo 3º do Tratado da União Europeia, inserido na parte relativa aos princípios, prevê que “para alcançar os fins” da Comunidade, a acção desta “implica uma contribuição para a realização de um elevado nível de protecção da saúde”.

Por outro lado ainda, tanto ao nível do Direito Internacional Público, como do Direito Comunitário e do ordenamento jurídico nacional é inquestionável a vigência do princípio da precaução ou da precaucionaridade que mais não constitui, ao fim e ao cabo, do que uma metodologia para a gestão do risco, aplicada em circunstâncias de incerteza científica e reflectindo a necessidade de uma actuação no caso de se identificar um qualquer risco potencial sério, mesmo antes de virem a ser conhecidos eventuais resultados positivos decorrentes de uma pesquisa científica.

Este Princípio foi proposto pela primeira vez na Cimeira da Terra, do Rio de Janeiro, em 1992, sob a égide das Nações Unidas, e definido então como “uma garantia contra os riscos potenciais que, de acordo com o estado actual do conhecimento, não podem ser ainda identificados”. A definição acrescenta que “a ausência da certeza científica formal, a existência de um risco de um dano sério ou irreversível requer a implementação de medidas que possam prever este dano”.

Deste modo, o Princípio da Precaução representa o amadurecimento milenar de uma ideia com plena aplicação na Bioética, mas também, no Ambiente, na Comunicação Social e no Direito em geral. Sabe-se que já Hipócrates, cerca de 400 anos A.C., propusera que, ao tratar os doentes, o primeiro dever era o de ajudar e o segundo o de não causar danos. O Princípio da Precaução esteve, aliás, sempre directamente associado à ideia de dano.

E é, também, por uma via similar - da ideia da prevenção de danos - que se descortina na alínea a) do artigo 3º da Lei de Bases do Ambiente - a Lei nº 11/87, de 7 de Abril - uma formulação de um “princípio específico da Prevenção” configurado da seguinte forma: “As actuações com efeitos imediatos ou a prazo no Ambiente devem ser consideradas de forma antecipativa, reduzindo ou eliminando as causas, prioritariamente à correcção dos efeitos dessas acções ou actividades susceptíveis de alterarem a qualidade do Ambiente (...)”. No proémio do artigo 4º do mesmo diploma, configura-se, também, como um dos principais objectivos da política ambiental “a existência de um ambiente propício à saúde e bem-estar das pessoas.”

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, de toda esta análise parece resultar inquestionável que, tendo em atenção a natureza e os possíveis níveis de gravidade para a saúde humana resultantes da exposição a campos electromagnéticos - mesmo que, por vezes, sem evidentes e imperturbáveis nexos de causalidade estabelecidos -, se impõe a sua regulação normativa também ao nível do nosso ordenamento jurídico interno.

E, por isso e dessa forma, acabam por ficar politicamente legitimados mas, desta feita, também devidamente acautelados os justos receios que têm vindo a ser sucessivamente manifestados por várias das nossas populações, como foram os casos mais recentemente registados, designadamente, com cidadãos de Sintra, relativamente ao traçado da linha de Alta Tensão entre Trajouce e Fanhões; do Algarve, no que concerne ao traçado Sul da linha aérea dupla de Alta Tensão designada Portimão/Tunes 3; de Serzedelo, em Braga ou do Celeiro, na Batalha.

- Disse!

Carlos Coelho

contra acesso a dados Biométricos dos passaportes por parte de empresas privadas

A Sessão Plenária do Parlamento Europeu apreciou hoje um Relatório relativo à Alteração das Instruções Consulares Comuns - Introdução de Biométricos. Trata-se de um Regulamento que, entre outras coisas, estabelece a política comum de emissão de vistos da UE.

Este diploma vem regular também a recolha de dados biométricos, que poderão passar a ser feitos por entidades privadas.

Segundo Carlos Coelho, já quando da aprovação do "SIS II, (com o acordo de todos os Grupos políticos), este Parlamento não aceitou que entidades privadas pudessem ter acesso a esses dados (tratava-se, na altura, apenas de matrículas de automóveis)". Assim, o Deputado do PSD não vê como justificável "a mudança radical da posição do Parla-

mento permitindo que entidades privadas possam proceder à recolha desses dados, tratando-se de dados pessoais sensíveis, como é o caso de impressões digitais", e que podem guardar "durante uma semana, de acordo com as circunstâncias previstas no compromisso".

Na sua intervenção, Carlos Coelho, lembrou o caso SWIFT, com a "transmissão dos dados recolhidos pelas autoridades americanas", sublinhando que "se este tipo de situação aconteceu num país como os Estados Unidos, imaginemos o que poderá acontecer em países menos desenvolvidos e com menor protecção dos direitos fundamentais", como exemplo da necessidade de protecção diplomática para estes dados. "Como é que se pode garantir a protecção dos dados recolhidos por essas empresas privadas, uma vez que

não foi consagrada protecção diplomática?" questionou Carlos Coelho.

Carlos Coelho chamou ainda a atenção para a diferença entre o preço de vistos entre países, sublinhando que "ao dar às entidades privadas a possibilidade de cobrar uma taxa que irá ser adicionada ao preço do visto, irá criar-se uma diferença entre o custo dos vistos, de Estado Membro para Estado Membro. Estaremos assim a incentivar aquilo que efectivamente visámos combater, isto é, o Visa-shopping".

A terminar, Carlos Coelho recordou ainda que a Comissão Europeia havia já reconhecido que este Regulamento ia fazer com que os acordos de facilitação de vistos tenham "que ser todos renegociados", e afirmou não podia dar o seu acordo a este compromisso. - Correspondente



Sérgio Marques quer resposta europeia específica para as RUP no combate à crise



Teve lugar no Parlamento Europeu um debate de fundo sobre o tema da coesão territorial e o futuro da política de coesão, que contou com a intervenção do Deputado europeu do PSD, Sérgio Marques, e onde participou também a Comissária Europeia do Desenvolvimento Regional Danuta Hubner. Sérgio Marques defendeu medidas de resposta à crise, dirigidas especialmente para as RUP.

Na sua intervenção, Sérgio Marques, recordou a "problemática muito específica das Regiões Ultrapereferidas" lembrando a sua "grande vulnerabilidade económica e social, particularmente sentida em contextos de grave crise in-

ternacional como é aquela que vivemos actualmente". Sérgio Marques apelou à Comissária Hübner para "prestar uma atenção muito particular aos efeitos da ACTUAL CRISE nas Regiões Ultrapereferidas."

O Deputado do PSD pediu "uma avaliação dos efeitos da crise em cada uma das Regiões Ultrapereferidas nomeadamente no turismo, no comércio, na construção e no aumento do desemprego" já que esta avaliação é um instrumento essencial para "permitir uma resposta europeia específica para estas Regiões", defendeu Sérgio Marques que de seguida desafiou a Comissão Europeia a "preparar uma resposta europeia à crise para as Regiões Ultrapereferidas que vá além das já anunciadas medidas no âmbito da política de coesão económica e social para a generalidade das Regiões Europeias."

Para o Deputado madeirense as medidas já anunciadas "são importantes para as Regiões Ultrapereferidas mas não são suficientes."

Sérgio Marques concluiu a sua intervenção referindo que medidas europeias de combate à crise, específicas para as RUP têm plena justificação face ao "princípio da coesão territorial que impõe uma particular atenção ao fenómeno da diversidade territorial de que as Regiões Ultrapereferidas são o exemplo mais extremo, mas também face ao princípio da ultra periferia consagrado no artigo 299 n.º 2 dos Tratados que reconhece a

necessidade dum tratamento específico para estas Regiões."

Informação de background:

Entre as medidas já anunciadas pela Comissão Europeia, para a generalidade das regiões, no âmbito da política de coesão, e a que Sérgio Marques fez referência na sua intervenção, realçam-se:

- antecipação dos adiantamentos relativos aos programas apoiados pelos fundos estruturais, que no caso da Madeira representará uma antecipação de

11 milhões de euros;

- antecipação dos pagamentos relativos aos chamados "grandes projectos";
- pagamento "à cabeça" da integralidade dos montantes das ajudas de estado e incentivos comunitários atribuídos às PME, em vez de 35% como até agora acontecia;

- possibilidade de alteração das prioridades definidas nos programas de execução dos Fundos Estruturais de modo a ajustar as prioridades às necessidades decorrentes da actual crise. - Do nosso correspondente

Silva Peneda Sobre a Agenda Social Renovada aprovado na Comissão de Emprego do Parlamento Europeia

"Esta crise não pode servir de pretexto para reduzir despesas sociais"

A Comissão de Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu aprovou por esmagadora maioria, o Relatório da autoria do Deputado europeu do PSD, José Silva Peneda sobre a Agenda Social Renovada (Social Package)

Este relatório subirá à última sessão plenária de Maio do actual mandato do Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

No seu Relatório, Silva Peneda afirma que "mesmo antes da actual crise os Estados Membros da União Europeia já estavam defrontados com obstáculos sociais de monta que resultam de um fraco crescimento económico, de uma situação demográfica explosiva e de dificuldades em conviver com uma economia mundial cada vez mais globalizada".

"Perante a actual crise social e se nada

for feito, associado ao aumento do desemprego, surgirá um aumento da pobreza, mais fenómenos de exclusão social, mais insegurança, mais criminalidade e mais desconfiança"

Uma das ideias força do relatório Silva Peneda é que "com o contexto envolvente da actual crise há que dizer de uma forma muito clara que precisamos de uma Europa onde as políticas sociais sejam ainda mais fortes. Este é um ponto fundamental porque pode estar em causa a sobrevivência da paz social".

Sobre este ponto Silva Peneda é muito claro quando diz que esta crise não pode servir de pretexto para "reduzir despesas sociais", mas acrescenta que "se este não é o tempo de fazer cortes nas despesas sociais, é o tempo de continuar, de forma decidida, a implementar as reformas estruturais necessárias".



Como se faz a manipulação da opinião pública, ou “...como enganar todos (pelo menos até às eleições!)”

J.Pacheco Pereira(*)

«A questão do situacionismo não é de conspiração, é de respiração; e nalguns casos, de respiração assistida».

O “silenciamento anunciado” de uma líder...

No Correio da Manhã a notícia é esta:

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, voltou ontem a insistir na criação de um fundo de emergência social para apoiar as instituições que estão a acudir às situações de carência originadas pela crise.

No Público a notícia é esta:

Ferreira Leite fala em sucessão de factos no caso Freeport e pede esclarecimento rápido.

No Diário de Notícias a “notícia” é esta:

Manuela Ferreira Leite queixou-se de não ser ouvida pelo País, num momento em que o corre de lés a lés em numerosas iniciativas. Os politólogos consultados pelo DN dizem que ela continua a rejeitar as regras do espaço mediático e que concorre com uma hiperprofissional máquina de José Sócrates.

O artigo é mais um artigo de ego e eco, o enésimo vindo no Diário de Notícias, cuja conclusão só pode ser “contrate uma agência de comunicação”, subordine-se às “regras do espaço mediático”, porque sem isso não existe em política, nem nós a deixamos existir. Pague a portagem, se faz favor, torne-se igual aos outros, se faz favor.

Freeport: menos de 4 minutos de notícias, porque as notícias dos outros...

não interessam!

Onde? Na RTP pois claro.

Os telespectadores da televisão pública não têm direito a ver nenhuma parte significativa da gravação da TVI, apenas um excerto anódino, e têm apenas acesso a uma sucessão de peças com uma orientação evidente: nada aconteceu, nada se passa a não ser calúnias ao Primeiro-ministro, a gravação do DVD de nada “serve” porque a justiça portuguesa nem a quer ver (imagens da procuradora Cândida a dizer isso), e por aí adiante. Tudo em menos de 4 minutos. Será que a RTP tem na sua imensa redacção algum jornalista a investigar o caso Freeport, ou só se trata do caso por reacção? Seria muito estranho, dado que o interesse jornalístico é impossível de negar. Ou é proibido investigar o caso Freeport na RTP?

A AGENDA DO APARECER

O programa dos teóricos do Parecer é simples, trata-se todos os dias de garantir o Aparecer com a agenda preconcebida do Parecer.

Na RTP não é difícil, nas outras já é mais complicado. Mas, mesmo assim, que jornalista terá a ousadia de ignorar a “agenda do Primeiro-ministro”, que todos os dias vai a uma escola para prometer uma obra, vai ao Parlamento anunciar uma medida, vai a uma fábrica ver uma máquina maravilhosa, vai ao esplendor de um vale de rio póstumo erguer com os dedos uma barragem, passeia entre patrões e sindicalistas prometendo milhões? Os tenebrosos representantes do mal dizem que nove décimos disto são anúncios, promessas, promessas feitas pela segunda e terceira vez como se fossem novas, são enganões embrulhados em marketing, são técnicas de Parecer para



Aparecer. E dizem que o que sobra, e poderia ser útil, é caótico, pouco coerente e feito sem cuidado.

O nosso mago principal é especialista...

O nosso mago principal é especialista. Vejamos a sua ordem de trabalhos no Parecer para Aparecer.

Parecer que se zela dia e noite pelo bem-estar do Reino.

Parecer que se está a fazer muita coisa boa e nenhuma má.

Parecer que todas as “forças vivas” do Reino estão ordeiras atrás do Primeiro-ministro, e que, fora da luz radiosa que emana, só há trevas e danação. Parecer que tudo o que corre mal vem de lá de fora ou dos inimigos de dentro, sem nenhuma responsabilidade própria.

Parecer que se o país não tivesse a “crise” que vem de fora, havia 150.000 empregos, crescimento fulgurante, finanças sadias, felicidade social ímpar. Parecer que tudo o que entrava este caminho glorioso é contra o Reino e o seu Povo. Fora de nós não há salvação. Fora de nós o caos. Fora de nós, apenas a intriga, a maledicência, a incompetência, a ignorância, a birra, os pequenos interesses, a confusão.

Eva Cabral e Mota Amaral: um tratamento jornalístico “exemplar”!

Cito do artigo de Eva Cabral no Diário de Notícias intitulado “Mota Amaral apontado para as eleições europeias”:

«A demora na divulgação do cabeça de lista laranja às europeias tem levado a que vários nomes surjam no espaço mediático, desde logo o do ex-líder Luís Marques Mendes, que tem a seu favor o facto de ser uma figura bem conhecida

da opinião pública, não precisando por isso de uma pré-campanha longa. Fontes sociais democratas referiram no entanto ao DN ser difícil para a actual liderança “ver outro ex-líder a juntar-se a um espaço mediático onde a candidatura a Lisboa de Pedro Santana Lopes também vai mobilizar boa parte das atenções”. (...) Entre as soluções tidas como possíveis nos últimos tempos surgiu o nome de Rui Machete, o presidente da FLAD, (...) apresentando no entanto o handicap de “pouco dizer às gerações mais novas”. »

Mais fontes anónimas emitindo meras opiniões políticas. Por que razão são anónimas? Têm medo que os matem numa esquina? É que esta promiscuidade jornalística com as “fontes” (até na repetição do vocabulário como se vê com a expressão “espaço mediático”) molda a notícia sem nós sabermos nada da representatividade de quem fala e da sua motivação. Convinha ler o Código Deontológico dos jornalistas, com atenção.

Na verdade, muito do jornalismo político é feito por cinco amigos, cujas posições são conhecidas e que estão sempre dispostos a dizê-las (mas anonimamente, não vá porem em causa o seu lugar de deputado ou as aspirações ao seu lugar de deputado...), adicionadas a um telemóvel e muito, muito, vento. Veja-se, por exemplo, a última frase para se perceber quão fino é o ar do vento, como é quase nada:

«Outro dos nomes recorrentemente apontados é o de José Pedro Aguiar-Branco, actual vice-presidente de Manuela Ferreira Leite, que tal como o do presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio, outro dos pesos pesados do PSD, são sempre referenciados como podendo fazer parte de uma solução.»

É verdade para José Pedro Aguiar-Branco, e é falso para Rui Rio. Que eu saiba apenas o mesmo co-autor do abaixo-assinado sobre Marcelo, propôs num blogue o nome de Rui Rio. E a coisa ficou por ali. Um pessoa, um blogue, uma blague, passou à categoria de multidão, a ser “sempre referenciados”.

Se eu quiser até posso propor a Dama das Camélias ou o Morgado de Fafe que espero que não me tomem a sério e coloquem nos jornais. Ah! e já agora, anonimamente, eu também posso argumentar que a Dama tem o “handicap” de estar doente e o Morgado de ter vícios. Isto chama-se ruído, não tem qualquer valor informativo.

Repito o que já disse antes: se a maioria dos portugueses soubesse efectivamente como são feitas as “notícias”, não comprava um jornal, não via um noticiário, a não ser como entretenimento, ou como obra de ficção. - (*) J. Pacheco Pereira, Escritor, Professor Universitário





Analfabetismo e arrogância

Alberto João Jardim (*)

Ninguém contesta a Liberdade de cada um exprimir pontos de vista diferentes, de tratar questões importantes sob uma óptica pluralista.

É essencial à Democracia. É condição da existência Desta.

Mas aos Direitos correspondem Deveres.

O Direito à Democracia e à Liberdade implica Responsabilidade.

A Responsabilidade do Saber sobre o que se diz ou escreve.

Igualmente é Direito, em Democracia, cada um ter acesso à Informação.

Mas, Informação é transmitir factos na sua real dimensão, sem censura, omissões ou distorções que agridem tal Direito à Informação.

Informação é fundamentar o publicado ante a Opinião Pública.

Informação não é um mero instrumento de militância política, a qual vise, por qualquer meio, construir tipos de sociedades totalitárias, onde Direitos e Liberdades não existem.

Informação é bem diferente de «propaganda».

Nunca pode ser uma catarse para resolver problemas pessoais com complexos que marcam a vida, ou para apagar passados de vocações falhadas.

Quando uma Opinião Pública é permanentemente agredida, incomodada, provocada por agressões à inteligência, marcadas pelo patológico psíquico, é óbvio que reage legitimamente e das mais variadas formas que o positivismo legal não proíba, pois instintivamente, nem sequer de forma planeada ou organizada, procura defender os Valores em que acredita, nos quais cada um cimentou o seu projecto de vida.

Procura defender o fruto do seu

trabalho e poupanças que, tantas vezes com grandes sacrifícios, foi legal e legitimamente erguendo ao longo da sua existência.

Ninguém inteligente e de boa-fé, permitirá que bandos inqualificados, refugiados em estatutos excessivamente protegidos, se arroguem ao direito de lhe destruir o caminho que construiu.

Qualquer sociedade civilizada tem instituído o Direito à Legítima Defesa. E mal vão os países onde a legislação não o regula correctamente, ou o regula privilegiadamente só para alguns e a outros o secundariza.

Porque é um escândalo e um factor de destruição social e da Democracia, quando gente que não tem habilitações ou formação cultural ou profissional sobre determinadas matérias, tem a arrogância de, na Opinião Pública, perorar sobre o que não sabe, nem cujos fundamentos pode perceber.

Quando há gente que se julga ungida do direito de falar sobre tudo e mais alguma coisa, numa insolência intelectual que vem protegida por aqueles que irresponsavelmente lhes facultam meios para tal disparate.

Uma sociedade, um País que tudo isto aceite, é uma Nação que está doente, o que, em muitos casos, até infelizmente já nem constitui novidade.

Doente, na medida em que perdeu a noção do conceito de Liberdade, a esta confundindo com a prática anárquica do «vale-tudo», esquecendo que Liberdade é indissociável de Responsabilidade, que sem Responsabilidade é a Liberdade que corre o risco de ser perdida.

Liberdade que pressupõe Igualdade. Mas igualdade nos Direitos e Deveres. E não se pode falar de Direito à Igualdade,



quando este Direito é sistematicamente destruído pela falta ao Dever de informar honesta, objectiva e fundadamente a Opinião Pública.

Quando é sistematicamente destruída pelos abusos consentidos a certos poderes de facto.

Doa aos complexos sociais de quem doer, o Dever de fundamentar aquilo que se diz ou escreve, nunca prescinde do Conhecimento. Sem o Saber, há atalhos por onde é uma insolência se meter, um inequívoco desrespeito por todos e cada um dos Cidadãos que constituem a Opinião Pública.

E se tudo isto trata o problema da Competência de certos meios, onde a Honestidade intelectual devia crescer como elemento estruturante, torna-se escandaloso quando a arrogância desses mesmos meios se casa com analfabetismo.

A covardia, se protegida incluso pelo

positivismo normativo, torna arrogantes os fracos e os ignorantes. É vê-los dogmáticos, proferindo sentenças sobre o que não sabem, nem são capazes de entender. Mas, protegidos por qualquer coisa que até os impele a mergulhar no ridículo, sem qualquer pudor, coitados.

Arrogância vivida publicamente sem o bom-senso de a constatar assente na ignorância e, nos casos em que os objectivos são político-ideológicos, arrogância provocadora, por parte de gente que até é perigosa para os Direitos, Liberdades e Garantias individuais, que lhes são indiferentes ou secundários. Gente para quem «os fins justificam os meios», orientação inerente aos projectos ditatoriais, totalitários.

Há um Direito à Legítima Defesa por parte da Opinião Pública. Nos termos da lei, esta boa ou má. Inequivocamente para defender a Democracia.

Ninguém pode esquecer que tal defesa é essencial, não só porque sendo a Democracia o menos deficiente dos regimes políticos conhecidos pela Humanidade, é também o mais frágil, porque o mais delicado e o mais elaborado, e a Opinião Pública é seu pilar.

É preciso, na Madeira, ter tudo isto em conta, pois há quem não tenha desistido de sonhar com regimes políticos criminosos – nalguns casos de pessoas conhecidas, por vingança social – e incluso aproveite a existência de gente que até quer viver em Democracia, mas que se deixaram transformar no que tecnicamente se chama «idiotas úteis».

Não é pessimismo, não é «caça às bruxas», nem vislumbrar de «fantasmas».

Escrever isto, é um Dever de pedagogia democrática. - (*) Advogado, Presidente da CPR/Madeira e do Governo Regional

As faces da CRISE

Ricardo Rio (*)

A “CRISE”, também por aqui, bem sei, tem andado nas bocas do mundo.

Na maior parte dos casos, porém, com o distanciamento e a abstracção que convém atribuir a fenómenos desta natureza, cingida a meras estatísticas pintadas a cinza e negro, a números de (de)crescimento da economia, a cifras de crescimento das falências e dos despedimentos, a uma contabilidade rotineira do volume crescente de desempregados e pobres.

Na maior parte dos casos, porém, nem se pensa bem naquilo de que estamos a falar, isto é, naquilo em que se traduz efectivamente “viver em CRISE”.

Desde logo porque, com uma visão mais superficial, poder-se-ia até pensar que os sintomas não condizem com a doença. Será que as pessoas deixaram de lotar os restaurantes ao fim-de-semana? Pode-se já circular livremente nas “horas



de ponta extra-laborais” de qualquer espaço comercial de grande dimensão? Como vai estar o Algarve, daqui por algumas semanas, no período das férias da Páscoa?

Mas a verdade é que ela, a dita CRISE, económica e social, anda por aí, revelando-se a cada esquina com dados cada vez mais impactantes e com histórias de vida que não podem deixar de impressionar até os mais insensíveis.

São as vendas de vários sectores que caem de forma sustentada.

São os créditos e demais responsabilidades bancárias e afins que não são liquidados no prazo estabelecido, no limite do adiamento concedido ou em ocasião alguma sequer.

São os estudantes do ensino superior que não conseguem pagar as suas propinas.

São as famílias que cortam nos gastos supérfluos para fazer face a realidades

cada vez mais restritivas da gestão da sua situação financeira pessoal.

São outros tantos cidadãos que vivem sob capas de aparente conforto financeiro mas que buscam o apoio que a discrição de muitas entidades e organizações que actuam no campo social lhes conferem.

São as fragilidades de carácter psicológico que afectam uma franja crescente da população, consequência do desemprego e do “ambiente” de medo e de falta de confiança que se vive.

É o aumento da violência e da criminalidade a que as autoridades tardam em dar uma resposta cabal, nas grandes metrópoles, nos centros urbanos e até nos espaços rurais.

São as dificuldades das famílias em fazer face às despesas assumidas com o acompanhamento dos seus membros (crianças e idosos) em IPSS – conde-nando-as, quantas vezes, ao “regresso

a casa” e ao eventual abandono face às necessidades de obtenção de rendimento pelos seus relativos.

É a evidente incapacidade de muitos pensionistas na aquisição de medicamentos e no pagamento das taxas moderadoras.

São as restrições económicas com que se deparam as próprias IPSS no cumprimento da sua missão e até na continuidade da melhoria do seu funcionamento (casos há de Instituições de Solidariedade Social que embora com candidaturas aprovadas para novos projectos em sede do Programa PARES, tiveram que desistir devido a dificuldades económicas).

Como se os actuais sinais não fossem suficientes, a verdade é que não se consegue perspectivar já, nem a intensidade plena nem a durabilidade desta CRISE, o que provoca um sentimento de medo e de apreensão no conjunto dos cidadãos, independentemente dos seus estratos económicos.

Daí que, como bem ilustram todos os indicadores esta seja também uma CRISE de confiança, sendo que dados recentes referem que a confiança das famílias atingiu o valor mínimo dos últimos 22 anos.

Por circunstâncias várias, esta CRISE atinge mais fortemente os que agora ficam desempregados e muitos milhares de cidadãos, nomeadamente jovens, que se

encontram à procura de emprego. Neste particular, espera-se uma taxa de desemprego com a maior subida desde os últimos 23 anos.

Em concelhos como Braga, entre Janeiro de 2008 e Janeiro de 2009 registou-se uma subida de cerca de 12% do número de desempregados. Embora este número seja significativo, mais preocupante fica, quando reflectimos nos desempregados e jovens à procura de emprego que são retirados das estatísticas porque são encaminhados para programas ocupacionais e cursos de formação profissional. No resto do País a situação não é muito diferente.

Em certo sentido, esta CRISE “apa-

nhou” as pessoas e as famílias num défice de organização e de falta de preocupações com a poupança, o que lhes subtrai os mecanismos de salvaguarda face à situação actual.

Perante este cenário, é obviamente pertinente a adopção imediata de medidas que atenuem os impactos da crise sobre cidadãos e instituições e que criem condições de inversão da presente situação, mormente, no plano económico, através de estímulos ao investimento e à manutenção e criação de empregos.

Algo que uns vêem. Outros não. - Economista, Vereador pelo P SD na CM de Braga

A EDUCAÇÃO À DERIVA

Francisco Azevedo Brandão(*)

Os professores nunca se sentiram tão humilhados na sua dignidade pessoal e profissional como estes quatro anos de governo socialista, em que logo após se ter sentado na cadeira do Ministério da Educação, a ministra Maria de Lurdes não se coibiu de insultar toda uma classe profissional, proclamando «urbi e orbe», que a falência do ensino em Portugal se devia exclusivamente aos professores.

E para agravar mais a atmosfera pestilenta que se gerou com estas palavras imprevidentes, o nosso primeiro-ministro, não satisfeito com a «boutade» infeliz da ministra, veio acrescentar mais uma acha para a fogueira, dizendo irresponsavelmente que os professores não eram avaliados de há trinta anos a esta parte.

A proclamação insultuosa caíu como uma bomba no peito de milhares de professores aposentados que, num momento perturbado de José Sócrates, viram cair por terra, perplexos e atarantados, toda uma carreira dedicada à escola e aos seus alunos. A proclamação faltava ignominiosamente à verdade. José Sócrates, ou atirou à sorte esta «atoarda» ou desconhecia completamente uma lei do Estado que obrigava os professores a submeterem-se a provas públicas, examinadas por júris externos à escola de cada um, quando tinham de mudar de escalão.

Agora, para remendar o pano podre em que se transformou a escola e para fazer esquecer todas as tropelias à dignidade dos professores, a ministra da Educação, em fim de festa e à última hora, inventou uma espécie de diplomas de mérito para «premiar» alguns professores, se calhar escolhidos a dedo, como se isso fosse remédio para curar as feridas que cometeu a toda uma classe vexada e humilhada, como demonstrou na grande manifestação em Lisboa, em sinal de desagravo.

Que o ministério da Educação está à deriva é um facto indesmentível, retratada pelas políticas recentes dali emanadas como, por exemplo, quando a ministra resolveu, à falta de professores de espanhol, recrutar à pressa professores que têm formação em Português, Inglês, Alemão, Grego e Latim para os substituir, em detrimento de centenas de professores que já hoje têm ou estão a fazer formação específica. Outro exemplo é o que se passa com a introdução do novo estatuto da Carreira Docente. Especialistas creditados em ciências da educação têm denunciado que «a ênfase de performance pessoal dos professores, provocou um efeito de individualismo e limitou a entre-ajuda prejudicando imediatamente os resultados nos exames. Isto confirma-se com a inflação das notas dos alunos, sobretudo no ensino público, que não correspondem, de maneira nenhuma, à aquisição de conhecimentos.

Nuno Crato, professor e autor do livro «O Eduquês Em Discurso Directo», abordado pelo «Jornal de Notícias», pôs o dedo na ferida quando diz: «...não existindo uma avaliação externa fiável e existindo pressão do Ministério sobre as notas dadas, é natural que as notas internas estejam sujeitas a uma inflação, registando-se subidas que não correspondem a uma melhoria real dos alunos».

Aqui está um depoimento lúcido e responsável, que nos quer dizer que o ensino vai mal em Portugal e que o Governo e o Ministério da Educação só se preocupam com as estatísticas, lançando para o mundo alunos mal preparados, sem a qualidade científica exigida pela sociedade contemporânea.

Esperemos que este Governo, liderado por José Sócrates esteja em fim de festa (festa com muitos amargos de boca), para acabar com este regabofe de pseudo-reformas que não vieram resolver quaisquer problemas da sociedade portuguesa, que está asfíxiada até ao tutano, com a agravante de lhe quererem colocar uma mordaza na garganta.

Nesta conformidade, tenho de estar de acordo com o jornalista Mário Crespo, quando, num artigo de opinião publicado no «Jornal de Notícias» de 23 de Março, (a respeito do conteúdo manipulatório do anúncio da sub-directora da RDP, Eduarda Maia), escreve corajosamente o seguinte: «Este último incidente denuncia que a deriva totalitária do regime atingiu em quatro anos um descaramento intolerável para a democracia parlamentar, mesmo desnaturada por uma maioria que a nossa cultura/incultura política provavelmente não comporta. Assim, usando a legitimidade eleitoral como uma espécie de carta branca para a bizarraria, órgãos do Estado desdobram-se em propaganda e repressão que trouxeram a desordem ao sector público e a insegurança ao sector privado. Nesta maneira de estar no poder de José Sócrates, os pseudópodes da criatura maioritária vão cobrindo tudo com um manto de opacidade e intimidação que deforma e perverte»

Perante este descalabro, o Partido Social-Democrata tem uma palavra a dizer! - (*) Professor do Ensino Público





Cartas e Mensagens ao PSD

O Consulado de Portugal em Luanda: “Komplikex” em vez de “Simplex”!

Sou residente em Angola, onde sou quadro de uma empresa norte-americana. Devido ao mau funcionamento e as deficiências técnicas do nosso consulado estou em risco da minha filha menor (3 anos) ser expulsa do país por estar ilegal em território angolano, devido ao nosso consulado desde quinta feira 19 de Março, não ter sistema (computador) e não ter alternativas para a emissão de passaportes e outros serviços que requeiram Internet.

Cmo o SMF de Angola, para a emissão de vistos de residência, requer no mínimo 18 meses de validade do passaporte e como para uma criança com menos de 5 anos o passaporte só é valido por dois anos, a situação torna-se irreal, pois assim que solicito um tenho de, passados meses, solicitar outro até a criança atingir 5 anos (a minha filha tem 3 anos e com este pedido de passaporte já vai no terceiro ou seja tenho que pedir um por ano), alem do serviço ser precário e do pessoal necessitar de uma reciclagem urgente: aqui o “simplex” não se pratica mas sim o “komplikex” pois para um registo criminal, após a solicitação, leva 40 dias a chegar ou seja, quando chega esta caducado. Nos Estados Unidos dava tempo para praticar o crime, ser julgado e cumprir pena. Isto é ridículo e faria rir, se não fossem as consequências para a vida...

(Correspondente identificada, nome reservado)

Adeus, automóvel, adeus segurança...

Tive o meu carro furtado a 12 Dezembro 2008, e não obstante eu ter fornecido à PSP pistas que lhes permitiria, rapidamente capturar os autores do furto, e apesar de ter continuado a fornecer mais dados que possibilitariam a recuperação do veiculo (entretanto abandonado com um pneu rebentado e a jante partida) e captura dos criminosos, só fui convocado a 16 de Março 2009 pelo agente da PSP encarregado da investigação afim de poder dar inicio à investigação!

O governo PS conseguiu desorganizar toda a investigação criminal e tornar o País num paraíso para a gatunagem.

Impõe-se que o PSD, em peso, faça absolutamente tudo, para nos vermos livres destes incompetentes que nos governam.

Bem hajam. - Victor Ribeiro



Notícias da Madeira

Em Santa Cruz, mais um Jantar-comício com militantes e simpatizantes: Jardim defendeu substituição de Sócrates



Alberto João Jardim disse, no dia 27, que em qualquer país democrático José Sócrates já teria sido substituído pelo próprio partido que o suporta. «O primeiro-ministro não pode andar nas bocas do mundo, como andou todo este mandato, porque se isto fosse em Inglaterra, por exemplo, o partido maioritário continuava no poder, mas tinha já substituído o primeiro-ministro», disse o líder do PSD-M aos jornalistas, que o questionavam sobre os novos elementos trazidos a público sobre o caso Freeport e que voltam a envolver o nome de Sócrates.

A estação de televisão TVI divulgou, no Jornal Nacional, o som de uma conversa de 20 minutos em que é mencionado o nome do primeiro-ministro. «É corrupto», diz Charles Smith quando fala de José Sócrates neste DVD, que é fundamental para a investigação do processo Freeport em Inglaterra.

Confrontado com esta notícia, após discursar no jantar-comício em Santa Cruz com militantes e simpatizantes do PSD, Alberto João Jardim não quis comentar. «Eu não falo do Freeport porque é um caso de justiça», sublinhou o líder do PSD-M, considerando, no entanto, insustentável a permanência de Sócrates no poder depois do nome do primeiro-ministro ter sido envolvido em várias polémicas ao longo deste mandato.

«Num país democrático, as habilitações escolares do primeiro-ministro não andam nas bocas do mundo e sujeitas a interpretações esquisitas. Num país democrático, ninguém se pode exibir a assumir as responsabilidades que a lei atribui a quem diz que tem um certo curso. Num país democrático, o nome do primeiro-ministro não pode andar misturado em confusões lamentáveis que

andam por aí na imprensa portuguesa. Em qualquer país democrático, o próprio partido no poder tinha já substituído o primeiro-ministro», declarou Jardim, arrancando um aplauso de muitas centenas de militantes que o ouviam.

Mas o ataque não se ficou por aqui. «Na noite de 7 de Maio de 2007, estavam contados os votos das eleições democráticas regionais, tinha o povo madeirense, por esmagadora maioria, condenado a Lei de Finanças Regionais do PS, e lembram-se que, consumados os resultados, castigados aqueles que nos querem mal, apareceu um representante do PS nacional na televisão portuguesa a dizer que lhes era indiferente o voto dos madeirenses», recordou Jardim, pedindo agora para que lhes seja dada a resposta, votando em massa e dando a vitória ao PSD nas três eleições deste ano.

Jardim acusou ainda o PS-M de ter ido insistir junto do governo central para que tirasse dinheiro à Madeira, para o PSD não fazer obra, o povo ficar descontente, e ver se os social-democratas perdiam as eleições. «Incompetentes e analfabetos», chamou-os.

Também os jornalistas foram criticados. Disse que há jornalistas que lhe fazem oposição sem tréguas nem ética. São «complexados» e «com angústias na vida», considerou, acusando-os de pactuarem com o discurso e acções da oposição. «Sabemos muito bem onde estão, no Diário de Notícias e na televisão, chamemos os bois pelos nomes».

Alberto João Jardim voltou, por fim, a dizer que é preciso trabalhar, considerando que só assim a Madeira vai para a frente. «O povo madeirense vai chegar aonde quer», disse. -

Gab. PSD/M

Vereadores da Coligação não pactuam com mais adiamentos na adesão à Entidade Regional de Turismo

Considerando que decorreram já mais de dois meses sobre a data em que submeteram à reunião do Executivo Municipal a proposta de adesão de Braga à Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal e que não houve, neste período, qualquer avanço considerável nas conversações com os responsáveis desta Entidade no sentido de acolher as pretensões que, a título extraordinário, o Município de Braga entendia reivindicar como condição para efectivar tal adesão, os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga” voltam a submeter tal proposta à reunião do Executivo do próximo dia 2 de Abril, dando como esgotada a moratória concedida à gestão socialista da Autarquia.

Na óptica do líder da Coligação, Ricardo Rio, “é tempo de parar a brincadeira com uma questão crucial para o desenvolvimento económico do Concelho”, defendendo que “este é o momento para recuperar o tempo perdido e para voltar a colocar a promoção turística nas prioridades da agenda camarária”.

Ainda segundo este Autarca, “os actuais responsáveis socialistas da Autarquia já tiveram oportunidade de brincar às nomeações e de se prestarem à pose dos meninos amuados que não receberam o doce”, “já tiveram tempo para tentar negociar eventuais reivindicações a que Município algum condicionou a sua adesão”, “mas não podem continuar a causar graves prejuízos aos agentes económicos e sociais do Concelho”.

Recorde-se que, de acordo com as normas legais em vigor, só os Municípios aderentes à Entidade Regional de Turismo têm acesso aos Fundos Públicos e Comunitários de apoio a este sector de actividade.

Por acréscimo, com a demora da decisão de Braga, os actuais responsáveis da Entidade ponderam já escolher uma nova localização para a Delegação desta Entidade orientada para a promoção do Turismo Religioso, que se previa ficasse sediada na nossa cidade.

Desta vez, “nem a cenoura financeira serviu para quebrar as resistências que os Autarcas socialistas de Braga alimentam em torno dos projectos de cooperação supra-municipal”, afiança Ricardo Rio, que considera que “assim se vê como a vocação regionalista de Mesquita Machado cai por terra ao primeiro teste”. Não se estranha, por isso, que tantos duvidem da bondade dos interesses com que defende a reorganização administrativa do País.

Se, da parte dos Vereadores da Coligação, houve uma frontal discordância com o modelo adoptado para estas Entidades Regionais, que preteriram o desejável espaço Minho de intervenção, a verdade é que este é o modelo que existe, e não podemos admitir que Braga se mantenha



fora do modelo e fora do futuro.

Daí que, entendam os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga” que está esgotado o prazo concedido para que a Autarquia consumasse tal adesão, razão pela qual entendem submeter a votação do Executivo Municipal a proposta de adesão de Braga à Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal.

A proposta de adesão dos vereadores da coligação

Considerando que:

i) decorreram já mais de dois meses sobre a data em que os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga” submeteram à reunião do Executivo Municipal a proposta de adesão de Braga à Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal;

ii) não houve, neste período, qualquer avanço considerável nas conversações com os responsáveis desta Entidade no sentido de acolher as pretensões que, a título extraordinário, o Município de Braga entendia reivindicar como condição para efectivar tal adesão;

iii) está hoje em risco a localização em Braga da Delegação desta Entidade orientada para a promoção do Turismo Religioso;

iv) a permanência de Braga fora desta Entidade acarreta graves prejuízos para os agentes económicos e sociais do Concelho;

Entendem os Vereadores signatários que está esgotado o prazo concedido para que a Autarquia consumasse tal adesão, razão pela qual entendem submeter a votação do Executivo Municipal a proposta de adesão de Braga à Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal.

Na base de tal proposta, considerava-se que:

i) o turismo é um sector de primordial importância para o futuro do País e se estima que o peso económico deste sector na economia nacional aumentará consideravelmente no séc. XXI,

ii) é vital implementar instrumentos de dinamização de sinergias locais na exploração de roteiros turísticos,

iii) Braga é um Concelho com inúmeros factores competitivos do ponto de vista da sua capacidade de atracção e

fidelização de turistas nacionais e internacionais, com especial ênfase para o seu rico espólio patrimonial, etnográfico, religioso e gastronómico – que se constituem como marcas ímpares em todo o País,

iv) o número de dormidas e estadias nos estabelecimentos hoteleiros concebidos é francamente deficitário face às reais potencialidades da oferta turística bracarense,

v) é primordial destacar o papel da Bracara Augusta no legado histórico não só da região, nem tampouco do país, mas de toda a Península Ibérica e Europa Ocidental,

vi) a dinamização da promoção turística pode ser potenciada e recolher sinergias várias no contexto de uma estrutura supra-municipal, como é o caso das entidades criadas pelo Decreto-Lei n.º 67/2008, de 10 de Abril,

vii) pela sua importância política, social, económica e geográfica, Braga tem de ocupar um lugar de destaque nessa nova realidade associativa;

Considerava-se ainda que:

viii) a Comissão Instaladora da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, da qual fazem parte, além das extintas Regiões de Turismo e da tutela, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Área Metropolitana do Porto, a Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo e a ADETURN, aprovou por unanimidade, em 16 de Julho de 2008 a proposta de estatutos que de imediato enviou para o Governo para homologação e da qual resultou a Portaria 1039/2008, anexa à presente proposta,

ix) a adesão dos municípios a estas entidades “depende de manifestação prévia e expressa nesse sentido” (art. 7.º, n.º 2 do referido DL),

x) “A participação de um município na respectiva entidade regional de turismo constitui um requisito de acesso aos programas públicos de financiamento na área do turismo com recurso a fundos exclusivamente nacionais” (art. 7.º, n.º 5 idem),

xi) atentas a missão e atribuições desta nova Entidade (cfr. Artigo 3º da referida Portaria), é de todo o interesse que o Município de Braga a integre como associado, submete-se, pois, à apreciação do Executivo da Câmara Municipal de Braga, reunido em sessão ordinária, a 02 de Abril de 2009, a proposta de Participação do Município de Braga na entidade regional de turismo do Norte (denominada Turismo do Porto e Norte de Portugal) e a aprovação dos seus Estatutos, anexos à proposta original de 22 de Janeiro do corrente ano, tendo em vista a submissão da mesma à Assembleia Municipal de Braga. - Os Vereadores, Ricardo Rio, Filomena Bordalo, Américo Afonso, Hugo



Notícias de Ílhavo

«Autarquias e Construção Sustentável», no Museu Marítimo

O Seminário “O papel das autarquias na Construção Sustentável” realiza-se no dia 15 de Abril, das 14.00 às 18.00 horas, no Museu Marítimo de Ílhavo.

Organizado pela Plataforma para a Construção Sustentável, o seminário tem inscrições abertas até 9 de Abril, às 18.00 horas para centrohabitat@centrohabitat.net ou marlene.maia@ua.pt. O valor da inscrição para associados da Plataforma para a Construção Saudável é de 30 euros e para não associados, de 40 euros.

O Município de Aveiro far-se-á representar por António Soares que irá apresentar e explicar o Parque da Sustentabilidade de Aveiro que representa uma mudança significativa de uma essencial zona urbana, onde serão projectados, planificados e executados os princípios da sustentabilidade que promovem a qualidade de vida, bem estar e desenvolvimento: ambiente, sociedade e economia. Deste modo, a área compreendida entre o Bairro do Alboi e a Rua das Pombas, cerca de 20 hectares, ficará transformada num espaço público atractivo do ponto de vista habitacional, de lazer, laboral, cultural e educacional.

O programa do seminário engloba um conjunto de comunicações que abrangem a visão das autarquias, das empresas e de centros de I&D sobre a problemática, mas perspectivada por casos reais para o desenvolvimento sustentável do território e do mercado. A sessão de abertura, às 14.00 horas, estará a cargo de Victor Ferreira da Plataforma para a Construção Saudável, seguindo-se a intervenção de José Ribau Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo com o tema “O Poder Local e a Sustentabilidade da Construção”.

Pelas 16.15 horas, Manuel Pinheiro, professor no Instituto Superior Técnico, fará a “Avaliação da Construção Saudável”, Isabel Santos da EcoChoice/Grupo Lena, apresentará “Ambiente Urbano Sustentável – Aplicabilidade e Visão Empresarial”. Por fim, haverá debate com



moderação de A. Rosa Pires, professor na Universidade de Aveiro.

No seminário temático, realizado no âmbito da dinamização do cluster Habitat, a organização pretende discutir o papel que as autarquias podem desempenhar na sustentabilidade da construção. Neste sentido, dirige-se a autarquias, empresas e outras instituições que valorizem a importância da construção saudável como foco de desenvolvimento e factor de atractividade do território.

As autarquias podem ter um papel extremamente importante ao condicionarem, através de critérios de sustentabilidade, os projectos que pretendem desenvolver no seu território. Esta atitude acaba por influenciar a forma como empresas e outros agentes se posicionam perante o mercado, induzindo uma atitude de

inovação através da sustentabilidade que se pretende geradora de factores de competitividade acrescida.

A Plataforma para a Construção Sustentável é uma associação de entidades de diferentes eixos de inovação (empresas, autarquias, centros de I&D, etc) do cluster Habitat, que entende ser prioritário este tipo de acções de divulgação e dinamização que visam estimular a colaboração com autarquias e empresas, com o intuito de conseguir a sustentabilidade através da inovação e inovar com o mote da sustentabilidade.

Executivo Municipal aprova Relatório e Contas de 2008

O Executivo Municipal aprovou o Relatório das Actividades e as Contas da Câmara Municipal de Ílhavo respeitantes ao ano 2008.

No ano das comemorações dos 110 anos da Restauração do Município de Ílhavo, obras como o Centro Cultural de Ílhavo, o Jardim Oudinot na Gafanha da Nazaré, o Saneamento Básico da Gafanha da Encarnação e da Gafanha do Carmo, a Ciclovia da Barra, e eventos como o Festival do Bacalhau e a Regata STI dos Grandes Veleiros, ficam como marcas destacadas das muitas realizações da CMI em 2008.

Ainda não tendo sido terminada a execução do QCA III (no qual ainda estamos na luta por cerca de 4,5 milhões de euros), a CMI iniciou a conquista de apoios financeiros do QREN, tendo já cativos para execução de importantes obras,

apoio de cerca de 10 milhões de euros de FEDER, numa ambiência de gestão financeira de crescentes dificuldades por força da diminuição de importantes receitas (Derrama, IMT, Taxas), mas mantendo uma gestão financeira da CMI devidamente cuidada e equilibrada.

Foram desenvolvidos importantes projectos a financiar pelo QREN, os quais vão permitir a execução de obras ao nível do Parque Escolar, da Rede Viária Estruturante, dos Equipamentos Culturais, das estruturas de apoio à actividade empresarial e à promoção do empreendedorismo, entre outras.

A CMI apoiou as Juntas de Freguesia e as Associações do Município, assumindo o seu papel de importante Parceiro dessas Entidades. Nessa cooperação, destacamos o início das obras do Hospital de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo. Em 2008 a CMI iniciou um novo e importante ciclo de investimentos que vai levar o Município de Ílhavo a mais crescimento de qualidade de vida de quem nele reside, trabalha ou vive tempos de lazer e de cultura, numa aposta integrada em políticas Culturais, de Acção Social e de Educação mais intensas e pró-activas, com desenvolvimento à escala do Município e da Região de Aveiro (a cujo Conselho Executivo presidimos).

A actividade da Câmara Municipal de Ílhavo no ano de 2008 assume um balanço muito positivo, tendo mesmo uma nota de carácter extraordinário pela excelência de várias obras e acções realizadas. - CM-Ílhavo e Pº Liv.



Machismo, nepotismo e impunidade na Câmara de Lagos

A Comissão Política Distrital do PSD/Algarve analisou as declarações do presidente da Câmara Municipal de Lagos, Júlio Barroso, feitas ao Correio da Manhã, e publicadas na sua edição do último domingo.

Essas declarações infelizes, denotam simultaneamente uma concepção machista da sociedade, inaceitável nos tempos que correm, o nepotismo com que gere a actividade do município, o desrespeito pela oposição e o sentimento de impunidade com que infringe a lei no esbanjamento do dinheiro dos contribuintes.

Dificilmente alguém conseguiria concentrar numa única frase a evidência do que atrás ficou dito. Reproduza-se, pois, a frase de Júlio Barroso:

“Retribuímos a presença de uma comitiva da Ribeira Grande em Lagos e fazia todo o sentido estar acompanhado da minha esposa. No entanto, dado o incómodo da oposição, na próxima ocasião terei todo o gosto em convidar um elemento do PSD para se vestir de dama do século XV e fazer de costureira e engomadeira, tarefas desempenhadas pela minha mulher”.

Recorde-se que, em causa, está a viagem de uma representação do município de Lagos à Ribeira Grande, nos Açores, no final de Julho de 2008, composta por um grupo de oito convidados escolhidos no critério de Júlio Barroso, onde fez in-

cluir a sua própria esposa e duas pessoas do seu círculo de amizades pessoais, e que gastou mais de oito mil euros pagos pela autarquia, onde se incluíram despesas com refeições e bebidas realizadas por toda a ilha de S. Miguel, e não apenas no local objecto da visita.

O presidente da Câmara Municipal de Lagos deve vários pedidos de desculpa. Em primeiro lugar, a todas as mulheres, pela manifestação pública que fez de um estereótipo medieval e conservador do seu papel na sociedade, remetidas para as tarefas domésticas e caseiras (no caso vertente, costureiras e engomadeiras), escondidas atrás do protagonismo dos homens (como ele próprio), e a que nem escapou a desconsideração pública à própria esposa, justificada nesta viagem para o desempenho de tais tarefas.

Deve, também, um pedido de desculpa aos vereadores do PSD, pela descortesia e falta de educação, ao sugerir que um deles se travestisse de mulher numa próxima viagem similar da Câmara Municipal de Lagos, para ser convidado. Não é um tratamento aceitável, por muito incómodo que seja o contraditório político. Há limites no trato social de coisas sérias que não devem ser ultrapassados.

Júlio Barroso deve rever urgentemente o seu conceito protocolar da representação do Município de Lagos. A figura da “esposa do presidente da Câmara” não



está consagrada em nenhum preceito legal, nem no estatuto do eleito local. Ao contrário do que afirma, o que “não faz sentido” é que seja o dinheiro dos contribuintes a suportar as despesas com esse conceito alargado de representação. O favorecimento de parentes no desempenho de cargos públicos tem um nome: nepotismo! E Napoleão Bonaparte foi o seu expoente máximo, mas que pelos vistos continua a ter seguidores.

Só o sentimento de impunidade neste tipo de infracções legais pode explicar a posição majestática do presidente da Câmara de Lagos, quando confrontado com a imoralidade da questão. A ética recomendaria outra postura. A legalidade impõe-lhe que devolva aos cofres do município a parte indevida das despesas que este custeou. Não é uma questão de centimos. É uma questão de princípios. - Faro, 30 de Março de 2009, CPD-PSD/Algarve

Notícias de Lisboa

Está quase concluído o acordo eleitoral PSD-CDS

O candidato do PSD à Câmara Municipal de Lisboa, Pedro Santana Lopes, afirmou no dia 24, que “está bem encaminhado” e “quase concluído” o processo de decisão sobre uma aliança autárquica com o CDS-PP.

No final de um almoço promovido pelo American Club de Lisboa, Pedro Santana Lopes foi questionado pela comunicação social se “vai ter uma aliança com o CDS”, se “isso já está decidido”.

“Está bem encaminhado. Está quase concluído o processo de decisão”, respondeu o candidato do PSD à presidência da Câmara Municipal de Lisboa.

Durante o almoço em que foi o orador convidado pelo American Club, Pedro Santana Lopes teve na sua mesa o presidente da distrital de Lisboa do CDS-PP, António Carlos Monteiro, que tem estado a negociar com a distrital de Lisboa do PSD os termos de uma eventual coligação autárquica.

Estiveram também presentes no almoço, entre outros, o banqueiro João Rendeiro e o advogado José Miguel Júdice.

Em declarações aos jornalistas, José Miguel Júdice, que foi o mandatário da candidatura do actual presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o socialista António Costa, recusou qualquer leitura política da sua presença no almoço.

“Sou amigo do Pedro Santana Lopes há muitos e muitos anos, sou sócio do American Club há muitos e muitos anos e sou cidadão de Lisboa há muitos e muitos anos”, salientou.

“Quando chegar a altura das eleições com certeza que votarei e nessa altura direi em quem”, acrescentou o ex-mandatário da candidatura de António Costa. - Lusa





Notícias dos Açores

Um executivo PSD rescindiria de imediato o contrato de construção do navio “Atlântida”

A líder do PSD/Açores afirmou hoje que um Executivo social-democrata “rescindiria de imediato o contrato” com os estaleiros relativamente à construção do navio Atlântida, alegando que o processo deve “começar de novo, de forma segura”.

O Governo açoriano assinou em Agosto de 2006 um contrato com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo para a construção de dois navios destinados ao transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas, no valor estimado de 50 mil euros, mas sucessivas alterações ao projecto inicial impediram o cumprimento dos prazos estabelecidos.

Na terça-feira a semana passada, o presidente do Governo açoriano admitiu que possam ter ocorrido erros neste processo, “na ânsia de recuperar o tempo que os governos anteriores perderam”.

Carlos César garantiu ainda aos jornalistas que tomará “toda e qualquer medida” de protecção do interesse da região, no caso dos testes finais do navio “Atlântida” não responderem ao que foi encomendado.

Hoje, no encerramento das jornadas parlamentares dos social-democratas açorianos, a líder regional do partido disse que “é preciso ter muito descaramento para justificar que os erros crassos da construção do Atlântida se devem à ânsia de recuperar o tempo perdido na governação do PSD”.

“Como Carlos César é presidente do Governo há mais de 12 anos, só há uma explicação possível para continuar a atirar as culpas para o século passado. É que ele próprio reconhece que, durante a governação do PS, os Açores estiveram parados no tempo”, apontou Berta Cabral.

A líder dos social-democratas açorianos garantiu, por isso, que “se o PSD fosse governo rescindiria de imediato o contrato com os estaleiros”, acrescentando que “o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita”.

“Se estamos perante uma espécie de navio, mas vale cortar o mal pela raiz e começar de novo, de forma segura e transparente”, defendeu Berta Cabral, para quem “não se pode continuar a permitir declarações fantasiosas ou com omissões duvidosas”.

Berta Cabral defende “revisão em alta” do Orçamento

A líder do PSD/Açores defendeu uma “revisão em alta” da proposta de Orçamento para 2009, de forma a que a Região possa “enfrentar a conjuntura económica desfavorável”.

“Num ano particularmente difícil, o Orçamento regional não apresenta um esforço extraordinário capaz de enfrentar a conjuntura económica desfavorável que



vivemos. Pelo contrário, a despesa pública global para 2009 apresenta um crescimento de apenas 2,6 por cento, o que nem dá para cobrir a inflação verificada no último ano. Impõe-se, portanto, uma revisão em alta deste Orçamento, incluindo a possibilidade de contracção da dívida pública de acordo com a recente autorização de 50 milhões”, afirmou Berta Cabral, no encerramento das jornadas parlamentares do PSD/Açores.

A líder social-democrata salientou que esse reforço de verbas deve ser aplicado em “investimentos efectivamente reprodutivos, que assegurem a criação de emprego e o acesso a habitação própria”.

A presidente do PSD/Açores desafiou o PS a aprovar as propostas apresentadas pelos social-democratas para combater a crise, alegando que são “construtivas, exequíveis, vantajosas e necessárias”, além de possuírem a “plena concordância dos parceiros sociais”.

Segundo Berta Cabral, se a maioria socialista “estiver interessada em ajudar a resolver os problemas dos açorianos, o PS deve assumir a humildade da co-operação democrática, reconhecendo e viabilizando o contributo do PSD a favor das famílias e das empresas dos Açores”.

A líder social-democrata lamentou, ainda, que o PS apenas saiba “criticar propostas legitimamente apresentadas” pelo PSD, “como se fosse o dono da verdade e dos açorianos”.

“Quero dizer ao senhor Carlos César, aos seus delfins e aos seus escribas – todos eles mais preocupados em mostrar trabalho ao chefe do que aos açorianos – que a sua obrigação não é a de fazer oposição ao PSD, à Associação de Municípios ou à câmara de Ponta Delgada. A sua obrigação é a de trabalhar ao serviço dos Açores”, afirmou.

Freguesia da Luz “ainda e sempre” à espera da RIAC

O PSD/Açores denunciou “a falta de respostas, por parte do governo regional, ao pedido da junta de freguesia de Nossa Senhora da Luz” para a instalação de um posto da rede integrada de apoio ao cidadão (RIAC) na sede daquela autarquia da Graciosa.

Segundo o deputado João Bruto da Costa a freguesia da Luz, situada no extremo sudoeste da ilha, é “a que fica mais distante da sede do concelho, Santa Cruz”, e tem uma população “bastante envelhecida”, sendo que “já em Agosto de 2007, a junta de freguesia fez notar ao executivo a necessidade de instalação de um posto da RIAC”, explica.

A ausência, até à data, de respostas a esse repto originou um requerimento do social-democrata, querendo saber se, por parte da tutela, “não se justifica a instalação do posto RIAC na Luz, criando assim uma gritante discriminação para a população ali residente e se, de facto, essa iniciativa não está prevista”, refere.

Caso se verifique o “actual desinteresse governamental na medida”, o parlamentar laranja reitera que “há, e sempre houve, uma inteira disponibilidade, já comunicada pelo presidente da junta de freguesia para, na sua sede, haja a cedência e partilha de um espaço para o referido posto”, pelo que “só faltaria o governo dizer de sua justiça sobre tudo isto”, afirma.

“Mas, e mais de 19 meses passados, o executivo tão pouco se dignou dar resposta ao apelo da freguesia” lamenta João Bruto da Costa, “ignorando a população de Nossa Senhora da Luz”, acrescenta o deputado, para quem “os pressupostos de melhor servir as populações caem assim pela base, pois nem o facto de haver população idosa significou uma maior atenção das entidades oficiais”.

O documento enviado à assembleia legislativa explica ainda que “a própria criação de postos da RIAC, originou do governo regional uma promessa de expansão, numa lógica associada a políticas de proximidade” e, “neste caso, essa vontade declarada de prestar serviços próximos dos cidadãos, e associados à comodidade e rapidez, parece esquecida”, conclui.

Plano oferece “mais do mesmo” ao Faial

O PSD do Faial considerou que o plano e orçamento para 2009 contempla a ilha “com mais do mesmo”, mantendo a tendência “daquela que tem sido a estratégia habitual do governo no Faial, que é a de concentrar esforços num só investimento - neste caso, o reordenamento do porto da Horta - e entreter com estudos e adiamentos os outros projectos estrutu-

rantes”, disse o líder local do partido em conferência de imprensa.

Luís Garcia condenou o governo regional “por nunca realizar de uma só vez os investimentos estruturantes na ilha”, referindo que, “sem fases, sem atrasos e sem adiamentos, não se teriam de multiplicar estudos, comprar terrenos, e pôr obras a concurso depois as adiar”, inventando-se então “novos estudos e descobrindo mais terrenos para adquirir, faseando novamente o investimento”, disse o social-democrata.

Para o ano em curso, explicou, “as orientações de médio prazo e o plano e orçamento para 2009, contemplam para a região um total de 761 milhões de euros, dos quais caberão à ilha do Faial 54 milhões e 945 mil euros, isto é, cerca de 7,2% do total regional, sendo assim a quarta ilha em dotação, depois de São Miguel, Terceira e São Jorge”, disse Luís Garcia.

“O governo sustentado pelo PS acentua de forma censurável uma concentração no desenvolvimento regional, já que nas percentagens de cada ilha apenas uma cresce 2,6%, e todas as outras registam crescimentos inferiores a 1%”, disse o líder do PSD no Faial, explicando que “não é este o modelo de desenvolvimento harmonioso, equilibrado, coeso e solidário que defendemos para os Açores, que devem crescer atentos às ilhas com mais dificuldades”, acrescentou.

Sobre a dotação para o início “da aguardada obra no porto da Horta”, Luís Garcia disse que “continua sem definição, sem projecto e sem calendarização, e não são conhecidas a intervenção a realizar na área de pescas, na área comercial, no aumento da marina, na ampliação das instalações do clube naval, na frente de mar, nem tão pouco no cais de cruzeiros”, denunciou.

Por outro lado, “os investimentos a realizar na ampliação da pista do aeroporto da Horta continuam a pairar na indefinição, disfarçada de estudos e de projectos múltiplas vezes anunciados”, o mesmo relatando para “a segunda fase da variante à cidade da Horta, que teve que esperar pelo plano de urbanização da câmara e, agora que ele é público, espera outra vez por estudos e projectos”, lamentou o social-democrata.

Condenando as opções socialistas para o Faial, o responsável pelo PSD local recordou ainda que “adiados e sem concretização à vista, estão as estradas interiores do Faial, o campo de golfe, as termas do Varadouro, o Estádio Mário Lino, a reabilitação das igrejas do Carmo e de São Francisco, a casa Manuel de Arriaga, e o matadouro da Horta, entre outros”, pelo que considerou que o plano “prolonga opções de desenvolvimento desequilibradas, e adia, mais uma vez, investimentos verdadeiramente estruturantes para o Faial e para a sua consolidação no todo regional”, concluiu. - Gab. Imp. PSD/Açores



Assunto: Convocatórias PSD - Povo Livre

Como é do seu conhecimento, todas as convocatórias do PSD têm de ser recebidas pelos serviços até às 12h00 de cada terça-feira para que possam ser publicadas no Povo Livre, que sai às quartas-feiras.

As convocatórias para publicação têm sido enviadas para diversos email's e vários n.ºs de fax da Sede Nacional, bem como por correio, prejudicando a eficiência dos serviços.

Por esse motivo, com o intuito de normalizar os procedimentos e melhorar a articulação com as estruturas do distritais e concelhias, venho por este meio informar que todas as convocatórias devem ser enviadas por email para:

convocatorias@psd.pt, ou para o n.º de fax 213973168 (Serviços de Implantação e Ficheiros), devendo ser sempre assinadas e enviadas pelos Presidentes de Mesa, salvo as exceções previstas nos Estatutos.



OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oeiras, para reunir no próximo dia 14 de Abril de 2009, (terça-feira) pelas 21h00 na sede, sita no Largo do Avião Lusitânia, n.º 15, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Aprovação do Relatório e Contas 2008

2 – Análise da situação política

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Paredes, para reunir no próximo dia 17 de Abril de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede do Núcleo do PSD da Rebordosa, sita na Av. Bombeiros Voluntários n.º 591, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Apresentação, discussão e votação do relatório de contas de 2008 e orçamento de 2009

2 – Situação política do Núcleo de Rebordosa

3 – Situação política do Núcleo de Vilela

4 – Outros assuntos de interesse partidário



VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Valongo, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 09 de Abril de 2009, pelas 21 horas, na Sede de Secção, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880, em Ermesinde com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Análise da situação política;

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção de Valongo
(Frederico Amorim)

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho por este meio convocar o Plenário da Secção do Barreiro, para o próximo dia 4 de Maio de 2009 (Segunda-feira), pelas 21 horas, na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua D. João de Castro, Loja 2D, Sto. André, 2830-186 Barreiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Secção do Barreiro da JSD

2 – Informações;

3 – Apresentação de contas do ano 2008;

4 – Eleições Autárquicas;

5 – Análise da Situação Política Concelhia e Nacional.

Nota:

A urna estará aberta das 21h00 às 23 horas.

A Presidente da Mesa do Plenário de Secção do Barreiro

(Margarida Benevides)

CONSELHO DISTRITAL DE FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD/Algarve, para reunir no dia 9 de Abril pelas 20:30h, na sala Polivalente da Junta de Freguesia de Quarteira, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da situação Política;

2. Apresentação do Plano de Actividades da CPD da JSD/Algarve;

3. Eleição da Comissão Instaladora do Núcleo da JSD de Quarteira;

4. Outros.

NOTA:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD/Algarve ou a quem o substitua estatutariamente, até às 24h00 do segundo dia anterior ao acto eleitoral. O acto eleitoral, decorrerá entre as 21h e as 22:30h.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD/Algarve

Miguel da Silva Guerreiro
(967048824)

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Secção de Paredes da JSD para reunir no dia 11 de Abril de 2009, pelas 16 horas, na Sede

do Núcleo Paredes Oriente, sita na Rua S. Cristóvão, Louredo-Paredes, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Visita à Freguesia de Louredo;

2 – Análise da Situação Política;

3 – Tomada de Posse da Comissão Representativa da JSD.

A Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Paredes

(Liliana Salomé Neto Barros)

NÚCLEO DE GIÃO-STA. MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo Residencial da JSD de Gião – Santa Maria da Feira, para reunir no dia 1 de Maio de 2009, pelas 21 horas, na Sede da CPS-Feira, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Comissão Política de Núcleo Residencial da JSD de Gião – Santa Maria da Feira.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h00 e as 22 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues até ao dia 27 de Abril de 2009 na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia da Feira.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção de Santa Maria da Feira

(Rufino Ferreira)